

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo



ORÇAMENTO
da Região Autónoma dos Açores

PROPOSTA

2005



PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2005

ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO	2
II – EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÓMICA	5
A) Economia Internacional	5
A) Economia Nacional	9
A) Economia Regional	12
III – EVOLUÇÃO RECENTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS REGIONAIS	48
A) Sector Público Administrativo	48
B) Administração Local	54
IV – JUSTIFICAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL	58
A) Orçamento da Receita	59
B) Orçamento da Despesa	68
C) Orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos	79
D) Orçamento Consolidado do Sector Público Administrativo	85
V – DÍVIDA PÚBLICA REGIONAL	87
A) Dívida Directa	87
B) Avals	90
VI - Sector Público Empresarial Regional	91



I – INTRODUÇÃO

Cumprindo o disposto na Lei de Enquadramento Orçamental da Região Autónoma dos Açores, Lei n.º 79/98, de 24 de Novembro, e demais legislação, o Governo Regional submete à aprovação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores a proposta de orçamento para o ano de 2005.

O orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2005 pretende conciliar a continuação de uma trajectória de política de equilíbrio orçamental com a criação de um ambiente favorável à continuação do crescimento económico e ao aumento da competitividade da economia açoreana.

A prossecução de uma política orçamental visando o equilíbrio das contas públicas regionais é um objectivo do Governo Regional de alguns anos a esta parte, mas que se mantém como objectivo essencial não só para criar condições de assegurar o desenvolvimento sustentado de toda a região, mas também porque é necessário preparar as finanças públicas para o impacto do alargamento da União Europeia.

Foi neste contexto de grande rigor orçamental, controlando o crescimento da despesa corrente, por um lado, e lutando, por outro, pelo aumento da receita no seu todo, com especial relevo para o cumprimento integral da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, que permitiu à



Região obter, em 2004, um superavit na ordem dos vinte e dois milhões de euros e aumentar a despesa de investimento para 2005, na qual se engloba todo o valor do superavit de 2004.

A elaboração do orçamento regional para 2005 teve já em consideração a nova estrutura orgânica do IX Governo Regional. A nova orgânica, face á anterior sofreu algumas alterações relativamente às competências de determinados departamentos governamentais no sentido de os adequar melhor às necessidades actuais da realidade sócio-económica açoreana.

A presente proposta de orçamento consubstancia ainda um aumento significativo na despesa de investimento, mais 37,9 % do que o valor executado em 2004, como forma de continuar a desenvolver a Região Autónoma dos Açores no seu todo e de tornar a economia açoreana cada vez mais sólida.

Relativamente às receitas orçamentadas, sobretudo no que diz respeito às receitas fiscais, estas foram estimadas tendo em consideração as estimativas efectuadas no orçamento de Estado. Obviamente que o valor base destes impostos sofreu uma alteração em virtude das melhorias obtidas no apuramento da receita fiscal da Região, conseguidas através do Grupo de Trabalho criado para esse fim e que periodicamente reúne para avaliação. Também foram considerado alguns ajustamentos em determinados impostos, nomeadamente no IRS, que o Governo Regional continua a reivindicar, relativamente aos anos de 1999 a 2001 e que ainda não foram transferidos.



A proposta de orçamento observa o princípio do equilíbrio orçamental tal como se encontra definido no artigo 4º da Lei n.º 79/98 de 24 de Novembro, ou seja, as receitas efectivas cobrem a totalidade das despesas efectivas, e foi elaborada no âmbito do disposto no Estatuto Político - Administrativo da Região Autónoma dos Açores e da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, contendo as disposições que lhe são aplicáveis de acordo com o previsto na proposta de orçamento de estado para o ano 2005.

A presente proposta de orçamento concretiza, assim, toda a política económico – financeira do programa do IX Governo Regional, sufragado pela população nas eleições de Outubro passado e aprovado pela Assembleia Legislativa Regional.



II – EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÓMICA

A) Economia Internacional

A economia mundial apresenta, para o presente ano, segundo projecções da Comissão Europeia (CE) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) que não se verificava sensivelmente há quase três décadas – 5%. Este facto deve-se, essencialmente, ao forte crescimento das economias dos EUA, do Japão, da China, da forte recuperação da América Latina e da melhoria da economia europeia. Apesar do aumento verificado para o ano de 2004, espera-se que o crescimento global abrande nos dois anos seguintes, permanecendo sempre acima dos 4%.

A actividade económica dos Estados Unidos da América apresenta, no final de 2004, sinais de um crescimento robusto, prevendo-se para os dois anos seguintes uma conseqüente desaceleração, reflectindo quer os abrandamentos do consumo privado quer do investimento.

A economia japonesa manifesta, por seu turno, uma perda de dinamismo no final do ano de 2004, devendo, igualmente, abrandar nos anos conseqüentes, devido à desaceleração das exportações associada ao menor crescimento esperado das restantes economias.

No que concerne à União Europeia, prospecta-se que após uma forte recuperação das economias da área do euro no 1.º semestre de 2004,



assente na expansão das exportações, as mesmas apresentem, para os anos seguintes taxas de crescimento moderadas. As projecções do PIB avançadas pela CE, FMI e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) para os países da área do euro são em tudo muito semelhantes, prevendo-se crescimentos, em média, entre 1,9% e 2,25% ,em 2005, e entre 2,25% e 2,5%, em 2006.

Para os países da União Europeia não pertencentes à área do euro, prevê-se a continuação de um crescimento dinâmico da actividade económica, em particular dos novos Estados Membros, para os quais se perspectiva a manutenção de taxas de crescimento relativamente elevadas.

Após um forte crescimento mundial registado no início do ano de 2004, a generalidade das economias tem vindo a desacelerar devido, sobretudo à subida do preço do petróleo. Apesar do aumento brusco do preço do petróleo (em Outubro atingiu mais de 50 dólares por barril de brent), devido a factores como a persistência da instabilidade política e militar no Iraque e outros factores pontuais (reduções de stock de gasolina nos EUA, tensões políticas na Nigéria e Venezuela, situação particularmente difícil de uma das principais empresas petrolíferas russas), no final do mês Dezembro verificou-se uma descida para 39,9 dólares por barril de brent. Este decréscimo representa uma descida de 12%, do preço em dólares, em relação ao mês de Novembro. No conjunto do ano de 2004 registou-se um aumento de 34% em relação ao ano anterior.

No curto prazo a principal fonte de incerteza está associada à evolução dos preços do petróleo. No médio prazo, a possibilidade de



correção dos desequilíbrios macro-económicos nos EUA é referida como um risco para as previsões.

Produto Interno Bruto (variação anual em %)

	Produto Interno Bruto		
	2004	2005	2006
Economia Mundial			
Comissão Europeia	5,0	4,2	4,2
FMI	5,0	4,3	n.d
EUA			
Comissão Europeia	4,4	3,0	2,9
FMI	4,3	3,5	n.d.
OCDE	4,4	3,3	3,6
Japão			
Comissão Europeia	4,2	2,1	2,3
FMI	4,4	2,3	n.d.
OCDE	4,0	2,1	2,3
China			
Comissão Europeia	9,2	8,2	8,2
FMI	9,0	7,5	n.d.
EUR 25			
Comissão Europeia	2,5	2,3	2,4
Área do Euro			
Comissão Europeia	2,1	2	2,2
FMI	2,2	2,2	n.d.
OCDE	1,8	1,9	2,5

Fonte: Comissão Europeia – Previsões Económicas de Outono (2004); Previsões de Novembro de 2004 da OCDE e Prospectivas económicas do FMI.

As projecções consideradas para o desemprego nos Estados Unidos da América apontam para uma manutenção da respectiva taxa, prevendo-se apenas uma diminuição de 0,1 por cento para o ano de 2006. No que diz respeito à inflação média anual, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), as projecções da CE e do FMI apontam, respectivamente, para variações entre 2,8 e 3 por cento para o ano de 2005, traduzindo um aumento de 0,2 pontos percentuais em relação a 2004 (CE). A taxa de inflação para o ano de 2006 deverá decrescer 0,5 pontos percentuais em relação ao ano de 2005.



No Japão, o desemprego deverá, igualmente, manter o nível de variação anual considerado para o ano de 2004, apresentando apenas um decréscimo de 0,1% para os anos de 2005 e 2006, relativamente aos anos anteriores. Segundo as projecções da CE, o Japão deverá registar taxas de inflação de 0,2 e 0,3% para os anos de 2005 e 2006, após ter registado taxas de inflação negativas em 2004.

A taxa de desemprego da área do euro deverá manter, para os anos de 2004 e 2005, os níveis elevados que tem vindo a registar desde Março de 2003, apresentando uma relativa melhoria para o ano de 2006 (decrécimo de 0,2 pontos percentuais). A taxa de inflação deverá manter-se nos 2,1 por cento em 2004, associada ao aumento dos preços de energia e à desaceleração dos preços dos produtos alimentares não transformados. Nos próximos 2 anos, estima-se que a taxa de inflação deverá abrandar, reflectindo, nomeadamente, um crescimento moderado dos salários e dos custos unitários dos salários.

No que diz respeito à totalidade dos países que compõem a União Europeia, a evolução do desemprego e da inflação é em tudo semelhante à dos países da área do euro, com a agravante de que as taxas referenciadas são sempre acrescidas pela diferença de 0,2 pontos percentuais.



Desemprego e Inflação (variação anual em %)

	Desemprego			IHPC		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006
EUA						
Comissão Europeia.....	5,5	5,5	5,4	2,6	2,8	2,3
FMI.....	5,5	5,4	n.d.	3	3	n.d.
Japão						
Comissão Europeia.....	4,8	4,7	4,6	-0,2	0,2	0,3
FMI.....	4,7	4,5	n.d.	-0,2	-0,1	n.d.
EUR 25						
Comissão Europeia.....	9,1	9,1	8,8	2,2	2,1	1,9
Área do Euro						
Comissão Europeia.....	8,9	8,9	8,6	2,1	1,9	1,7
FMI.....	9	8,7	n.d.	2,1	1,9	n.d.

Fonte: Comissão Europeia – Previsões Económicas de Outono (2004); Previsões de Novembro de 2004 da OCDE e Prospectivas económicas do FMI.

B) Economia Nacional

Os anos de 2005 e 2006 serão caracterizados por uma recuperação moderada da actividade económica, perspectivando-se um crescimento do PIB de 1,6% e 2%, respectivamente. As projecções consideradas assentam, principalmente, na hipótese de um crescimento robusto da procura externa dirigida à economia portuguesa - exportações.

Para além das exportações, o consumo privado e o investimento empresarial deverão ser também as componentes de despesas responsáveis pela recuperação da actividade económica. Contudo, a recuperação apresenta, de alguma forma, um carácter moderado, justificável por um lado, pela situação financeira das famílias, cujo nível de endividamento e peso do serviço da dívida deverão limitar a continuação do recurso ao



crédito (aquisição de habitação, p. e.) e por outro pelas restrições orçamentais do sector público.

O Consumo Privado será caracterizado por uma desaceleração em 2005 (1,5% em relação a 2,2% em 2004) e por um conseqüente aumento em 2006 para os níveis verificados em 2004, esperando-se que cresça em linha com o rendimento disponível real das famílias. Em 2005, espera-se uma recuperação da taxa de poupança das famílias, após um decréscimo de 0,7% em 2004, prevendo-se, praticamente, a sua manutenção para o ano de 2006.

Após ter registado quedas significativas em 2002 e 2003 e um crescimento moderado em 2004 (1,8%), a rubrica Formação Bruta de Capital Fixo deverá estabilizar no ano de 2005 (1,7%) e acelerar no ano de 2006 (3,3%). Esta previsão assenta essencialmente num aumento do contributo do investimento empresarial, associado ao contexto de que as empresas em período de expansão da economia tendem a expandir a sua capacidade produtiva, de uma redução do investimento público e de um contributo potencialmente nulo do investimento em habitação.

No que concerne às exportações espera-se que esta componente seja a mais dinâmica da procura global no período em questão, apontando as projecções para um crescimento de 7,5 e 8,6 por cento em 2005 e 2006, face a 6,8% em 2004. Estas projecções assentam no pressuposto da manutenção das condições favoráveis de competitividade da economia portuguesa e de quota de mercado. No que se refere ao ano de 2006, está implícito na projecção das exportações, um ganho de quota de mercado, no ramo automóvel, com o início da produção de um novo modelo numa das



principais fábricas do sector. No que diz respeito às importações, considera-se que relativamente ao ano de 2004 a taxa de crescimento verificada é exageradamente elevada quando comparada com a evolução da procura global, devendo-se essencialmente ao facto de poder estar associada a factores temporários. Portanto, para os anos seguintes espera-se alguma reversão da tendência verificada.

No que concerne à inflação, medida pelo índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) esperam-se ligeiras diminuições para os anos objecto de previsão, baseadas no pressuposto da manutenção das taxas de câmbio do euro nos níveis actuais e da redução dos preços internacionais do petróleo ao longo dos anos de 2005 e 2006. A inflação deverá manter um diferencial positivo em relação à área do euro.

Projeções para a Economia Portuguesa

Taxa de variação anual, em percentagem

	Projeção Actual		
	2004	2005	2006
Consumo Privado.....	2,2	1,5	2,2
Consumo Público.....	0,6	0	-0,1
FBCF.....	1,8	1,7	3,3
Procura Interna.....	1,9	1,2	2
Exportações.....	6,8	7,5	8,6
Procura Global.....	3	2,6	3,6
Importações.....	8,2	5,2	7,5
PIB.....	1,1	1,6	2
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor.....	2,5	2,1	2

Fonte: Boletim Económico de Dezembro do Banco de Portugal



C) Economia Regional

1. Evolução Demográfica

Contrariando a tendência verificada nos decénios anteriores, a evolução demográfica da última década caracterizou-se pelo crescimento moderado da população residente, aumentando cerca de 1,7%, segundo os dados definitivos do censo de 2001.

Porém, o acréscimo de população não está distribuído de forma equilibrada pelas diferentes ilhas, havendo, inclusive, variações negativas expressivas nas ilhas da Graciosa, Flores e Santa Maria, denotando uma tendência de concentração da população nas ilhas onde se localizam as principais funções administrativas e/ou unidades económicas.

O crescimento demográfico que se tem verificado nos últimos anos poderá ser explicado, em grande medida, pelos fluxos migratórios, que têm registado valores positivos, por via do decréscimo acentuado da emigração e do aumento da imigração, dado que o saldo natural tem vindo a declinar.



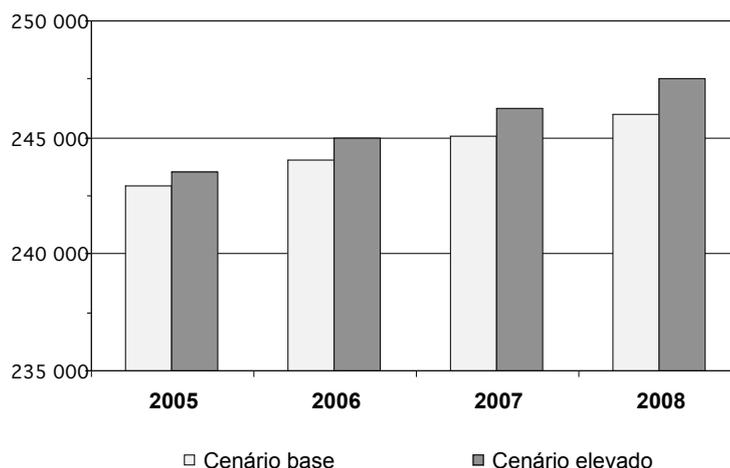
Evolução da População Residente

	1991	2001	Var. %
SANTA MARIA.....	5 922	5 578	-5,8%
SÃO MIGUEL.....	125 915	131 609	4,5%
TERCEIRA.....	55 706	55 833	0,2%
GRACIOSA.....	5 189	4 780	-7,9%
SÃO JORGE.....	10 219	9 674	-5,3%
PICO.....	15 202	14 806	-2,6%
FAIAL.....	14 920	15 063	1,0%
FLORES.....	4 329	3 995	-7,7%
CORVO.....	393	425	8,1%
AÇORES.....	237 795	241 763	1,7%

Fonte: SREA.

Segundo as projecções demográficas, realizadas pelo INE para o conjunto do país, seja qual for o cenário considerado, dos três adoptados no exercício (baixo, médio, elevado), estima-se que a população dos Açores continuará a crescer nos próximos anos.

População Residente 2005-2008



Em termos da evolução da estrutura da população por grandes grupos etários, e com base nos últimos recenseamentos e das projecções existentes, observa-se que o crescimento demográfico tende a concentrar-



se no grupo correspondente à população potencialmente activa (15-64 anos), por contrapartida do grupo etário relativo aos jovens, mantendo-se praticamente inalterado o peso relativo dos idosos no contexto da população residente nos Açores.

Estrutura Etária da População

Grandes Grupos Etários	1991	2001	2011*
0-14 anos	26,4	21,4	18,42
15-64 anos	61,1	65,6	69,92
65 e + anos	12,5	13,0	12,66

* Estimativas

Fonte: Projecções 2000-2050 NUTSII – INE.

A tendência na próxima década é para se acentuar o envelhecimento da população residente, em virtude, sobretudo, da diminuição do peso relativo dos jovens resultante do efeito conjugado da diminuição das taxas de natalidade/fecundidade e do aumento da esperança de vida. Com efeito, através da análise comparada de alguns indicadores demográficos, verifica-se que a Região, embora apresente valores superiores à média nacional de taxa de natalidade e de taxa de fecundidade, a evolução destes indicadores tem sido decrescente, nos últimos anos. A taxa de mortalidade geral mantém-se praticamente constante, com o valor anual na vizinhança dos 11 óbitos por mil habitantes. No que se refere à mortalidade infantil, nos Açores continua a verificar-se uma tendência de aproximação aos valores registados a nível nacional tendo, inclusivamente, registado uma taxa inferior à verificada no espaço nacional. Relativamente ao número de casamentos verificados em 2003, constata-se que, na Região, se verificou um aumento do número de casamentos, contrariando a tendência decrescente verificada a nível nacional.



Indicadores Demográficos (Permilagem)

	1993		1998		2003	
	RAA	Portugal	RAA	Portugal	RAA	Portugal
Taxa de Natalidade	15,5	11,4	14,1	11,2	12,9	10,7
Taxa de Mortalidade.....	12,2	10,6	11,1	10,5	11,1	10,4
Taxa de Mortalidade Infantil.....	10,8	8,6	4,9	6,0	2,9	4,1
Taxa de Nupcialidade.....	7,5	6,8	7,3	6,6	6,4	5,1

Fontes: SREA.

Estatísticas Demográficas 2003 do INE.

Em termos finais, as projecções demográficas apontam para uma estabilização/decréscimo populacional associada a um continuado envelhecimento das estruturas demográficas resultante da diminuição da taxas de fecundidade/natalidade e do aumento da esperança de vida. Esta tendência tem vindo a ser atenuada pela inversão do comportamento migratório, que, desde meados dos anos noventa, tem registado valores positivos associado, sobretudo, a um aumento da imigração. Segundo o INE, ainda no que respeita à imigração, a Região Autónoma dos Açores poderá ser uma das regiões que mais beneficiará com a entrada de estrangeiros, desde que os níveis médios de fecundidade que a Região apresenta sejam mantidos, contrariando a tendência nacional de decréscimo de residentes.

Estas alterações na dinâmica demográfica levantam sérias questões e desafios a nível económico e social, já que a sociedade será cada vez mais diversificada e envelhecida o que, não só compromete as gerações futuras, como provoca alterações nos hábitos de consumo, nas relações sociais e na economia. O aumento da população activa exercerá pressões no mercado de trabalho, no sentido de se criarem mais postos de trabalho, e provocará uma distribuição desigual da população entre os centros urbanos e os centros rurais. O aumento da imigração também acentuará a pressão sobre o mercado de trabalho, daí que seja fundamental o seguimento de políticas de formação e requalificação profissional dos activos.



2. Aspectos Macro-Económicos

PRODUTO INTERNO BRUTO

O Produto Interno Bruto da Região Autónoma dos Açores atingiu, em 2002, os 2,4 mil milhões de euros, segundo os dados mais recentes das contas regionais, divulgados pelo INE. Atendendo a que, em relação ao ano anterior, registou um crescimento nominal (8,2%) superior à média nacional (4,8%), a Região reforçou notoriamente a sua importância relativa no todo nacional. Em resultado deste comportamento da economia regional, a partir de 2002, os Açores deixam de ser a última região NUTS II do país em termos do PIB per capita. Constata-se uma convergência real do PIB per capita da Região com a média nacional, representando 82% do valor médio nacional.

Relativamente à comparação com a União Europeia, utilizando o PIB per capita em paridades de poder de compra, segundo o INE (Contas Regionais 2002), a Região está, no ano de 2002, com índice 58 na EUR=15, e com o índice 66 na EUR=25, correspondendo a uma convergência de 9 pontos, se considerado o período de 1995 a 2002.

PIB a Preços de Mercado

	Unidade: milhões de euros							
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
1. RAA.....	1.435	1.535	1.602	1.736	1.921	2.091	2.239	2.422
2. País.....	80.827	86.230	93.014	100.962	108.030	115.548	122.550	128.458
% (1/2).....	1,78	1,78	1,72	1,72	1,78	1,81	1,83	1,89

Fonte: INE.

Em termos da repartição sectorial do valor acrescentado bruto na produção de bens e serviços, nos últimos anos em que se dispõe de informação estatística, regista-se um certo reforço do sector terciário, por



contrapartida de uma menor expressão relativa dos restantes sectores de actividade económica.

RAA – Repartição Sectorial do VAB (%)

	1998	2000	2002
Agricultura, Silvicultura e Pescas	10,4	10,1	9,9
Indústria, Construção, Energia e Água	19,0	17,1	17,1
Serviços	70,7	72,8	73,1
Total	100,0	100,0	100,0

MERCADO DE EMPREGO

A evolução do mercado de trabalho nos Açores tem-se caracterizado por um aumento continuado da população activa, maior actividade do segmento feminino da população e a manutenção de taxas de desemprego relativamente reduzidas, indiciadoras de uma situação de quase pleno emprego na Região.

Estatísticas do Emprego

	2001	2002	2003
População Activa (1 000 indivíduos).....	100,6	103,6	105,1
População Activa Feminina (%).....	36,0	36,4	37,0
Taxa de Actividade (%).....	42,4	43,5	43,8
Taxa de Desemprego (%).....	2,3	2,6	2,9

Fonte: SREA – Inquéritos ao Emprego.

Tomando o último ano completo em que se dispõe de informação, observa-se que, em 2003, a taxa de desemprego rondou os 2,9 %. Os



Açores foram a região do país que naquele período temporal apresentou a taxa de desemprego mais baixa.

Em termos de repartição sectorial da população empregada, é o sector dos serviços que absorve a maioria dos empregados, mantendo ainda algum peso relativo o sector primário da economia.

Repartição Sectorial do Emprego

	2001	2002	2003
Agricultura, Silvicultura e Pescas.....	13,8	13,4	12,8
Indústria, Construção, Energia e Água.....	28,2	29,2	28,2
Serviços	58,0	59,4	59,0

Fonte: SREA – Inquéritos ao Emprego.

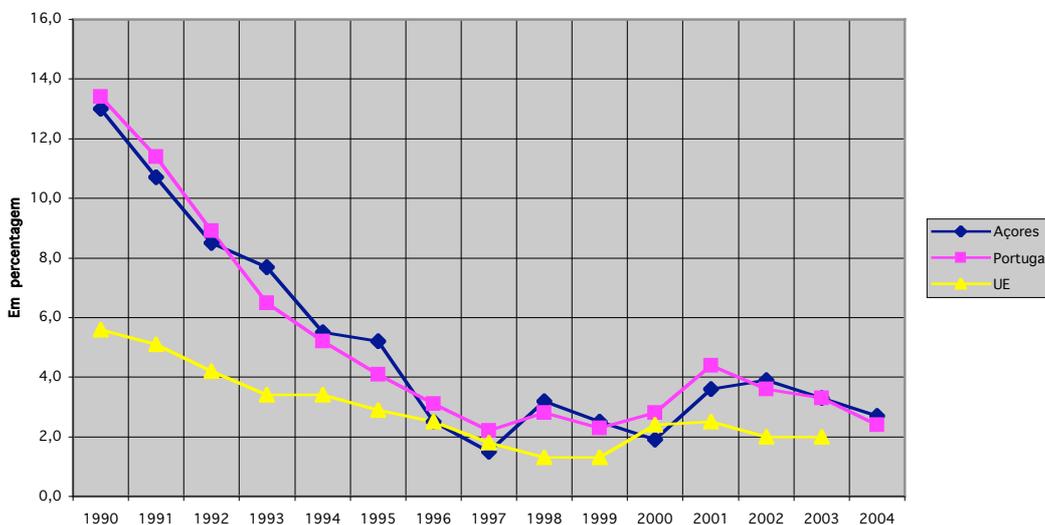
PREÇOS

Ao nível da variação dos preços no consumo, a taxa de inflação na Região tem apresentado valores baixos e enquadrados na tendência geral do país e da Europa comunitária.

Em 2004, a taxa de variação média dos últimos doze meses, do índice de preços no consumidor, foi de 2,7% nos Açores.



Evolução de preços, IPC e IHPC



3. ASPECTOS SECTORIAIS

3.1 Sectores Económicos

AGRICULTURA

O volume de produção de leite recebido nas fábricas situa-se num patamar da ordem de 500 milhões de litros. O leite industrializado é consumido predominantemente na forma de UHT.

O queijo representa o produto lácteo mais significativo, registando evolução positiva, mesmo nos anos de redução de matéria-prima.



Leite Recebido nas Fábricas e Industrializado

	1997	1999	2001	2003
Leite recebido nas fábricas (1 000 lt).....	393 500	474 231	482 789	492 211
Leite p/ Consumo(1 000 lt)	38 042	43 391	45 108	52 771
Produtos Lácteos (ton).....	41 101	49 247	48 384	52 019
Manteiga	6 260	6 915	5 825	7 325
Queijo.....	16 070	22 496	25 387	25 554
Leite em Pó.....	18 603	19 633	16 997	19 139
Iogurtes	168	203	175	192

Fonte: SREA

A produção de carne tem registado, nos anos mais recentes, uma evolução tendencialmente positiva. O sentido desta evolução é comum aos diversos tipos de carnes. Todavia a intensidade fica a dever-se, fundamentalmente, à carne de bovino para exportação, cujo crescimento a vem aproximando dos níveis atingidos antes da crise de 1997. A evolução no crescimento das carnes para consumo nas próprias ilhas caracteriza-se mais pela moderação e regularidade.

Produção de Carne

	1997	1999	2001	2003
Gado bovino abatido.....	7 078	6 001	6 028	7 998
Gado bovino exportado vivo *.....	3 541	8 468	10 664	14 078
Gado suíno abatido.....	4 609	5 529	5 187	5 798
Aves (abate).....	2 420	2 666	2 778	3 318
Total.....	17 648	22 664	24 657	31 192

Fonte: SREA

* Peso estimado em carcaça.

PESCAS

A actividade piscatória, medida pelo pescado descarregado nos portos, traduz-se em volumes da ordem de 10 mil toneladas anuais, às quais correspondem valores brutos de produção na ordem de 26 milhões de



euros. Anualmente, registam-se variações específicas nas condições em que se desenvolvem as actividades no sector, observando-se flutuações significativas de preços.

As diferentes variedades de pescado mais tradicional (“restante pescado” no quadro abaixo) ocupam o lugar mais representativo, sendo a componente da pesca de tunídeos a que apresenta maior sensibilidade a condições de produção.

Actividade Piscatória

	Anos			Δ %	
	1999	2001	2003	01 / 09	03 / 01
VOLUME (ton)					
Total	9.882	7.070	10.013	-28,5	41,6
Tunídeos.....	3.522	1.479	3.505	-58,0	137,0
Restante pescado	6.360	5.591	6.508	-12,1	16,4
VALOR (mil euros)					
Total	25.043	22.043	26.119	-12,0	18,5
Tunídeos.....	3.222	1.594	2.390	-50,5	49,9
Restante pescado	21.821	20.449	23.729	-6,3	16,0
PREÇO (€ /kg)					
Total	2,53	3,12	2,61	23,0	-16,3
Tunídeos.....	0,91	1,08	0,68	17,8	-36,7
Restante pescado	3,43	3,66	3,65	6,6	-0,3

Fonte: SREA.

O número de pescadores matriculados situa-se na ordem de 4 milhares e o das embarcações na de 1600 unidades. Procurando observar a actual tendência de evolução destes factores produtivos, através de alguns rácios, verificar-se-á uma tendência no sentido do aumento de dimensão medida pela tonelagem média por embarcação e por pescador matriculado.



Pescadores e Embarcações

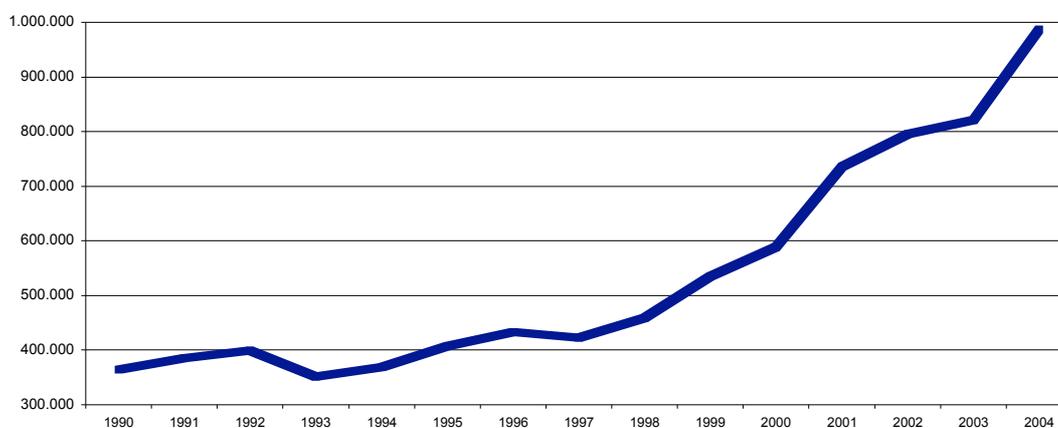
	1998	2000	2002
Pescadores matriculados	4 101	4 210	3 684
Embarcações - N°	1 697	1 649	1 629
Embarcações – TAB	12 386	13 752	13 274
TAB / Pescador	3,0	3,3	3,6
TAB / N° Embarcações	7,3	8,3	8,1

Fonte: SREA

TURISMO

O conjunto da hotelaria tradicional, mais o turismo em espaço rural somaram, no ano de 2004, a capacidade de alojamento de cerca de oito mil camas, em resultado de um crescimento assinalável da oferta de alojamento turístico, que se fez sentir essencialmente no últimos quatro anos. A procura tem vindo a aumentar sistematicamente todos os anos, sendo a Região Autónoma dos Açores a Região do País que mais cresceu nos últimos seis anos, tanto em termos de dormidas, como em termos de receitas. De 1996 a 2004, o número de dormidas cresceu 124% e as receitas totais 148%.

Evolução das Dormidas, na HT e TER

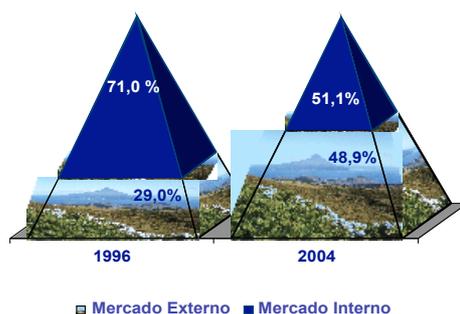




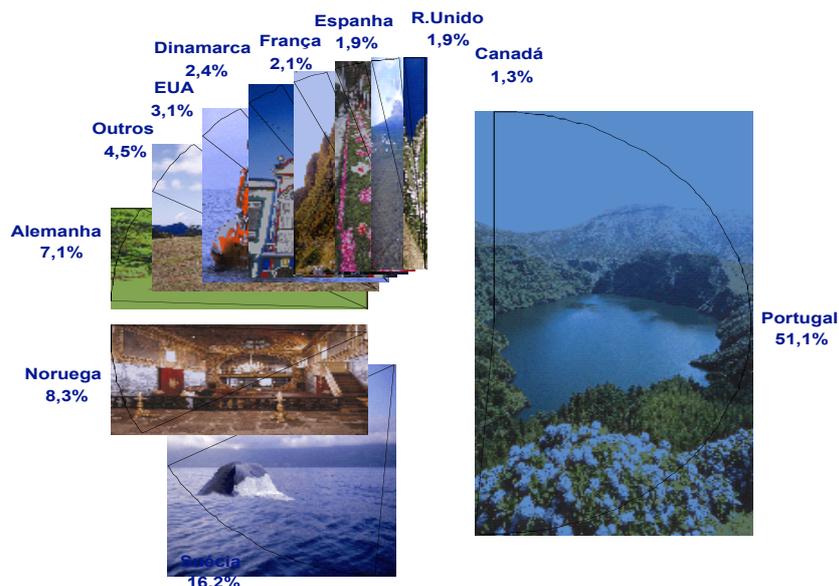
Hoje, mais de 50% da oferta hoteleira foi construída de novo e a parte restante foi, em mais de 50%, profundamente remodelada e reestruturada.

Segundo a Direcção Geral do Turismo (1 de Junho de 2004), a receita média por dormida em 2003, nos Açores, era superior ao Norte, ao Centro, ao Alentejo, ao Algarve e à Madeira. Em termos de unidades de quatro estrelas, o preço médio por dormida nos Açores foi, em 2003, superior ao Norte, ao Centro, ao Alentejo, ao Algarve e à Madeira.

De 1996 a 2004 houve um salto significativo no mercado da procura. Portugal, em 1996, representava 71% do volume total de dormidas, enquanto que em 2004 representava apenas 51%.



É evidente que embora a promoção turística no País seja sempre uma preocupação dominante, com o aumento da oferta hoteleira e dada a forte sazonalidade do mercado nacional torna-se cada vez mais importante diversificar a procura. Em 2004 o mercado sueco representou 16% da procura, logo seguido do mercado norueguês com cerca de 8,3% e do mercado alemão com 7,1%.



Note-se que os mercados alemão, espanhol e canadiano cresceram cerca de 50%, em 2004. Prevê-se que, em 2005, se assista a um forte crescimento do mercado dinamarquês, finlandês e inglês, como consequência das medidas de promoção que têm vindo a ser desenvolvidas, particularmente no que se refere ao estabelecimento de novas ligações aéreas com estes países.

INDÚSTRIA

A evolução das indústrias transformadoras, observável através das estatísticas das empresas, aponta no sentido de um processo de crescimento acompanhado de mudanças nas estruturas produtivas, pelo menos em termos de dimensão.

Efectivamente, ao mesmo tempo que o volume de negócios foi registando, nos últimos anos, intensidades de crescimento a níveis significativos, o número de empresas e de pessoal ao serviço, ao contrário, foi decrescendo. Atendendo que no processo de decrescimento destes elementos produtivos, o do número de pessoal foi proporcionalmente



superior ao das próprias empresas, verificou-se, logicamente, um aumento na dimensão média das respectivas estruturas.

Empresas Industriais
- Evolução -

	1997	1999	2002
Empresas (nº).....	1 041	861	791
Pessoal ao Serviço.....	7 825	7 653	7 558
Despesas com pessoal (milhões de euros)	61	68	78
Volume de negócios (milhões de euros)	474	531	626

Fonte: Estatísticas das Empresas, INE.

Apesar desta evolução, a dimensão média das empresas das indústrias transformadoras continua a ser inferior à média das empresas da economia portuguesa. De facto, segundo os últimos dados, a média de pessoal empregado por unidade produtiva nos Açores situou-se em 10 trabalhadores por empresa, enquanto o mesmo rácio, a nível do país, atingia 12.

A reduzida dimensão também é observável em termos de volume médio de negócios das empresas industriais, cuja rentabilidade fica mais dependente das margens que sejam possíveis em termos de redução de custos.

ENERGIA

As fontes de energia primária utilizadas continuam a basear-se nos combustíveis fósseis importados (fuel, gasóleo, gasolina). Todavia, as fontes de energia renováveis como a energia hídrica, a geotérmica e a eólica têm registado evoluções positivas, aproximando-se nos anos mais recentes de cerca de um décimo do total de energia consumida.



A produção de energia eléctrica tem crescido a ritmos significativos, situando-se as respectivas taxas médias anuais à volta de 7%.

A produção de origem térmica continua a ser dominante, porém as energias renováveis representam já uma quota próxima de um quinto do total.

Produção de Electricidade, segundo o tipo

	1997	1999	2001	2003	2004
Total	416.225	487.787	559.252	641.236	702 686
Eólica	3.026	2.664	2.431	10.253	11 766
Térmica	344.258	382.472	421.784	512.285	576 310
Hídrica	22.921	22.656	29.749	29.827	30 408
Geotérmica	46.019	79.995	105.289	88.871	83 970

Fonte: SREA; EDA.

No que respeita à utilização de electricidade, o consumo doméstico representa a componente mais significativa, mas os consumos comerciais e de serviços têm-se revelado mais dinâmicos nos últimos anos. Os consumos industriais têm-se caracterizado por uma certa estabilidade, apenas acompanhando a evolução média geral dos últimos anos.

Consumo de Electricidade, segundo o tipo

	1997	1999	2001	2003	2004
Total	354.651	418.021	485.201	560.135	622 022
Domésticos	143.890	159.821	183.935	206.435	218 884
Comércio/Serviços	94.096	116.941	139.708	174.769	205 415
Serviços Públicos	33.856	39.581	47.166	46.795	58 532
Industriais	64.099	81.539	92.288	107.544	111 263
Iluminação Pública	18.710	20.140	22.104	24.592	27 927

Fonte: SREA; EDA.



CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

Nos últimos anos, a produção local de cimento tem contribuído com cerca de 55% do total de cimento utilizado nas obras. Em anos anteriores situou-se numa quota de cerca de 60%.

Produção e Importação de Cimento

	1997	1999	2001	2003
Total - Cimento	203.048	284.764	341.892	331.624
Produção Local	119.603	161.821	195.560	183.646
Importação	83.445	122.943	146.332	147.978

Fonte: SREA, Séries Estatísticas.

As licenças de obras para habitação, representam cerca de três quartos do total de licenças concedidas para obras nos Açores.

Licenças Concedidas para Obras nos Açores

	1997	1999	2001	2003	2004
Licenças para Obras	1.695	1.971	2.202	1.815	1 982
Licenças para Habitação ...	1.207	1.509	1.662	1.360	1 493
Licenças para Outras Obras	488	462	540	455	489

Fonte: SREA.

Nota: A partir de 2002 os valores referem-se ao número de edifícios licenciados e não ao número de licenças.

COMÉRCIO

No sector comercial, registou-se uma evolução com crescimento de actividade mais baseada na criação de novas unidades de serviços do que no aumento de capacidade e modernização das existentes. Efectivamente, os dados estatísticos apontam para crescimento do volume de negócios



significativo, ao mesmo tempo que crescem os números de empresas e de pessoal ao serviço.

Aliás, a intensidade de crescimento de pessoal ao serviço foi muito próxima da do crescimento do número de empresas, mantendo-se praticamente constante o rácio de pessoal por empresa. Este rácio de cerca de 5 pessoas ao serviço por empresa, confirma a forte presença de pequenas unidades empresariais e o carácter atomístico deste tipo de serviços.

Empresas Comerciais

- Evolução -

	1997	1999	2002
Empresas (nº).....	2 404	2 851	2 865
Pessoal ao Serviço.....	11 934	12 018	13 400
Despesas com pessoal (milhões de euros).....	86	91	125
Volume de negócios (milhões de euros).....	1 205	1 385	1 811

Fonte: Estatísticas das Empresas, INE.

Atendendo às características do sector comercial, em termos nacionais, as diferenças entre as estruturas nas diversas regiões resultarão mais de pequenas diferenças de evolução e adaptações circunstanciais, do que de factores estruturais como a dimensão que se evidenciam mais em organizações de produção material e industrial.

As vendas de automóveis novos, em 2004, tiveram um comportamento positivo, invertendo a tendência anterior. Em 2004, a venda de automóveis ligeiros na Região representou cerca de 77% da venda total de automóveis novos.



Venda de Automóveis Novos

	2001	2002	2003	2004
Total.....	6 237	5 705	4 247	4 354
Ligeiros.....	4 657	4 172	3 151	3 353
Comerciais	1 580	1 533	1 096	1 001

Fonte: SREA.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Os dados disponíveis sobre os movimentos de passageiros apontam no sentido de uma tendência de redução de tráfego nos transportes colectivos terrestres e de aumento nos transportes marítimos e aéreos.

Tráfego de Passageiros

	1992	1996	1999	2000	2001	2002
Terrestre (a)	123.445	120.763	108.133	100.123	83.978	99.023
Marítimo	277.996	295.541	400.468	451.746	431.065	456.988
Aéreo (b)	485.572	524.530	665.838	710.165	764.982	776.700

Fonte: SREA.

a) Passageiros Km - Transportes Colectivos

b) Metade dos Movimentos dos Passageiros nos Aeroportos.

Os movimentos de passageiros nos aeroportos vêm revelando alterações na sua composição segundo os diversos tipos de tráfego.

O tráfego de passageiros interno (na prática inter-ilhas) é ainda o que regista maior número de frequências, mas já não tem o predomínio que registava habitualmente e nos últimos dois anos, o de 2002 e o de 2003, representou percentagens inferiores a metade do tráfego total.

Por outro lado, os tráfegos com o exterior (territorial e internacional), apesar de continuarem mais sensíveis a influências de conjuntura, apresentam tendências de crescimento superiores em média.



Será particularmente o caso do tráfego internacional, o que se mostra consistente com a evolução da procura turística.

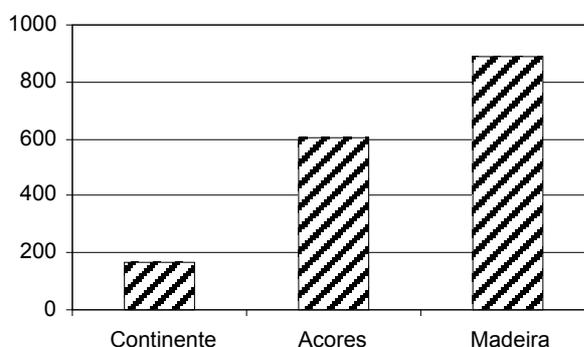
Movimento de Passageiros nos Aeroportos, segundo o tipo de tráfego

	Interno	Territorial	Internacional	Total
1999	719 470	497 623	114 583	1 331 676
2000	739 145	549 447	133 367	1 421 959
2001	781 179	592 163	156 621	1 529 963
2002	767 577	632 812	153 010	1 553 399
2003	751 555	626 404	163 574	1 541 533
2004	804 604	654 588	184 532	1 643 724

Fonte: SREA.

Observando-se a frequência de movimentos de passageiros nos aeroportos em relação ao número de habitantes residentes, verifica-se que nos Açores há uma elevada intensidade no uso do modo de transporte aéreo, quando se faz a comparação com o Continente através do mesmo indicador. Esta diferença de intensidade estará logicamente relacionada com as características diferentes da geografia física em ambos os territórios. Todavia, outros factores também poderão ter efeitos significativos, como o caso do turismo, observável através do exemplo do arquipélago da Madeira e Porto Santo, onde por cada 100 habitantes se atinge movimentos na ordem das oito centenas.

Número de Movimentos de Passageiros nos Aeroportos por cada 100 Habitantes





As cargas movimentadas nos portos, atingem cerca de 2,7 milhões de toneladas, todavia o volume das movimentadas nos aeroportos não chega a representar 1% daquelas.

Cargas Movimentadas

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Aeroportos ..	9,6	11,5	11,5	11,9	13,4	14,4	14,0	12,7	13,1
Portos	1.498,5	1.611,4	1.733,9	1.823,5	2.168,3	2.287,7	2.303,5	2.501,8	2.647,9
Total	1.508,1	1.622,9	1.745,4	1.835,4	2.181,7	2.302,1	2.317,5	2.514,5	2.661,0

1 000 Ton.

O tráfego postal situa-se num patamar de cerca de 10 milhões de objectos, enquanto o número de postos telefónicos existentes continua a crescer de forma mais intensa.

Serviços Postais e Telecomunicações

	1996	1999	2002
Tráfego Postal (mil objectos)	10.763	9.385	10.624
Postos Telefónicos	68.433	78.556	85.522

Fonte: SREA.

3.2 Sectores Sociais

EDUCAÇÃO

No ano lectivo de 2002/03 registou-se um forte crescimento no número de inscrições na Educação Pré – Escolar e uma continuada preferência no Ensino Profissional, que originou uma inversão da tendência negativa que se vinha a verificar no volume de inscrições/ matrículas a nível global. Na generalidade, o volume de matrículas nos níveis do Ensino Básico e no Ensino Secundário continuam a tendência descendente que se tem vindo a verificar ultimamente, registando, no nível do Ensino



Secundário, um valor superior a menos 5,5% dos valores verificados no ano anterior.

Matrículas nas Escolas da Região, por Ano de Escolaridade
Ensino Oficial e Particular

Anos Lectivos	Educação Pré - Escolar	Cidadania	Ensino Básico			Ensino Secundário	Ensino Profissional	Total Geral
			1º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo			
1993/94	6.715		21.264	9.820	13.304	8.363	138	59.604
1994/95	6.606		20.438	9.729	13.386	9.508	146	59.813
1995/96	6.819		19.716	9.723	12.572	10.088	237	59.155
1996/97	7.044		19.191	9.802	12.699	10.307	383	59.426
1997/98	6.977		18.659	9.775	12.837	9.987	458	58.693
1998/99	6.803		18.157	9.225	12.537	9.435	627	56.784
1999/00	6.793		17.638	8.949	11.592	9.312	747	55.031
2000/01	7.341		17.254	8.421	12.123	8.490	1.118	54.747
2001/02	7.318		16.448	8.441	11.377	8.743	1.411	53.738
2002/03								
*	7.658	111	16.907	8.615	11.363	7.992	1.614	54.260

Fonte: Estatísticas da Região 2002/2003 - R.A.A., Direcção Regional da Educação.

- * O 1.º Ciclo inclui 51 alunos do Ensino Recorrente e 564 alunos do Programa Oportunidade;
- O 2.º Ciclo inclui 15 alunos do Ensino Profissional; 115 alunos do Ensino Recorrente; 155 alunos do Programa Oportunidade e 195 alunos do Programa PROFIJ;
- O 3.º Ciclo inclui 342 alunos do Ensino Profissional; 96 alunos do Programa Oportunidade e 123 alunos do Programa PROFIJ;
- O Ensino Secundário inclui 12 alunos do Programa PROFIJ.

A taxa de escolarização apresenta valores crescentes em todas as idades, apesar da população escolar ter vindo a diminuir. Este aumento é mais significativo nas idades da Educação Pré-Escolar e a partir dos 14 anos. Da observação da evolução destas taxas, verifica-se um alargamento do leque de idades com taxas dos 100%, presentemente representativas das idades de escolaridade obrigatória.



Taxas de Escolarização por Idades e Anos Lectivos *

Idades	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03
1 Ano				15,3
2 Anos				14,7
3 Anos	30,9	37,6	40,3	44,2
4 Anos	58,3	65,4	73,3	78,2
5 Anos	89,4	100,5	100,0	103,7
6 Anos	100,9	103,3	103,6	114,5
7 Anos	96,3	102,6	102,6	103,9
8 Anos	99,1	101,4	104,7	107,0
9 Anos	105,2	105,5	114,8	120,4
10 Anos	99,9	102,1	106,2	114,6
11 Anos	105,5	101,1	97,5	109,3
12 Anos	101,4	108,5	97,5	103,2
13 Anos	97,6	104,4	93,4	104,2
14 Anos	90,1	102,1	92,5	105,3
15 Anos	89,2	80,1	81,7	86,7
16 Anos	69,7	72,9	71,9	72,1
17 Anos	59,2	60,8	58,4	62,3
18 Anos	39,3	41,7	40,5	42,4
19 Anos	18,9	25,5	25,1	25,9

Fonte: Estatísticas da Região 2002/2003 - R.A.A., Direcção Regional da Educação

* Taxas de escolarização superiores a 100%, resultam de diferenças entre métodos e fontes no que respeita ao número de alunos efectivos e potencialmente efectivos

O aproveitamento escolar, medido através da taxa de transição/aprovação oscila entre os 82,8% no 4.º ano de escolaridade e os 45,5% no 12.º ano, confirmando um maior aproveitamento escolar nos ciclos do ensino geral e obrigatório do que no secundário.



Aproveitamento Escolar nas Escolas da Região, por Ano de Escolaridade (a)
Taxas de Transição

Ano de Escolaridade	Ensino Oficial e Particular			
	99/00	00/01	01/02	02/03
4.º ⁽¹⁾	78,7	81,1	85,3	82,8
6.º ⁽²⁾	81,3	80,3	75,1	76,4
9.º ⁽³⁾	77,9	80,4	71,4	73,2
12.º ⁽⁴⁾	48,9	41,9	49,4	45,5

Fonte: Estatísticas da Região 2002/2003 - R.A.A., Direcção Regional da Educação

a) Não Inclui o Ensino Profissional nem o Ensino Recorrente

1) Ano terminal do 1.º Ciclo do E. Básico

2) Ano terminal do 2.º Ciclo do E. Básico

3) Ano terminal do 3.º Ciclo do E. Básico

4) Ano terminal do Ensino Secundário

SAÚDE

Os dados sobre os serviços prestados nos hospitais e centros de saúde apontam no sentido de evoluções consideráveis. Nos actos clínicos regista-se uma participação significativa de recursos humanos e uma utilização crescente de meios complementares de diagnóstico e terapêutica.

Geral

	1999	2002
Profilaxia / vacinas	82.426	80.036
Consultas mais urgências	827.578	875.034
Internamentos (doentes saídos)	28.363	28.460
Diagnósticos e terapêuticas (meios)	2.044.538	2.508.511
Pessoal total	3.571	4.066

Fonte: Direcção Regional de Saúde.

Os actos registados em profilaxia/inoculações globais correspondem a vacinações praticadas nos centros de saúde. O volume de actos situa-se na ordem de oitenta milhares mas, embora seja aplicado predominantemente com preocupações de prevenção de doenças em



crianças com idade inferior a um ano, é fortemente condicionado por particularidades e campanhas específicas a nível local.

Os serviços de urgência têm registado, nos últimos anos, uma procura mais expressiva do que os de consulta. Esta evolução terá sido mais significativa no âmbito dos centros de saúde do que no dos hospitais.

Consultas e Urgências

	1999	2002
Consultas	441.923	427.901
Centros de Saúde	308.658	267.467
Hospitais	133.265	160.434
Urgências	381.603	443.163
Centros de Saúde	235.996	281.541
Hospitais	145.607	161.622

Fonte: Direcção Regional de Saúde.

Os movimentos de internamento nos hospitais e centros de saúde têm mantido características de certa estabilidade, situando-se a demora média em 7 ou 8 dias e a taxa de ocupação à volta de 62%.

Internamento

	1999	2002
Doentes saídos	28.363	28.460
Dias de internamento	211.849	218.713
Lotação	924	964
Demora média	7,5	7,7
Taxa de Ocupação	62,8	62,2

Fonte: Direcção Regional de Saúde.

Os meios complementares de diagnóstico ultrapassam os dois milhões de exames e análises, enquanto os meios complementares de



terapêutica correspondem a mais de trezentos mil actos. A evolução destes meios tem registado crescimentos médios significativos. Todavia, é possível observar uma ligeira tendência para a realização do acto terapêutico corresponder, em média, uma menor utilização de exames e análises.

Meios Complementares

	1999	2002
Diagnóstico	1.848.047	2.197.880
Terapêutica	196.491	310.631
Total	2.044.538	2.508.511

Fonte: Direcção Regional de Saúde.

O pessoal em actividade nos serviços dos hospitais e dos centros de saúde situa-se na ordem de quatro milhares de profissionais. A evolução geral tem registado um alargamento efectivo de quadros, destacando-se um certo reforço de médicos, enfermeiros e técnicos de diagnóstico e terapêutica.

Pessoal

	1999	2002
Médicos	352	435
Enfermeiros	878	1.011
Técnicos de diagnóstico e terapêutica	173	203
Outro pessoal	2.168	2.417
Total	3.571	4.066

Fonte: Direcção Regional de Saúde.



SEGURANÇA SOCIAL

O número de pensionistas da Segurança Social nos Açores situa-se na ordem dos 47 milhares de indivíduos.

Os beneficiários em vida por velhice, que recebem pensões em substituição de retribuições do trabalho, representam cerca de 52% do total; os beneficiários em vida, mas inválidos por acidente ou doença antes da idade da reforma por velhice, representam cerca de 30% do total; e, finalmente, as famílias de beneficiários por morte destes representam cerca de 18%.

Pensionistas da Segurança Social

	Pensionistas (Total)	Pensionistas		
		Por Velhice	Por Invalidez	Por Sobrevivência
1999	35 363	18 267	6 700	10 396
2000	37 396	18 812	6 932	11 652
2001	46 162	24 238	8 466	13 458
2002	47 657	24 806	8 729	14 122
2003	47 531	24 539	8 777	14 215

Fonte: SREA.

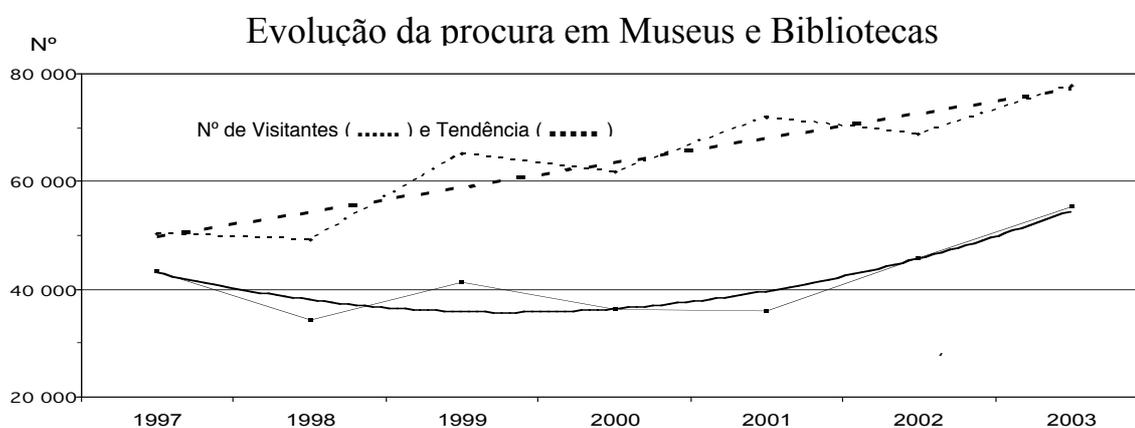
CULTURA

Os museus e as bibliotecas públicas representam meios privilegiados de desenvolvimento de acções culturais, seja pelas capacidades patrimoniais e funcionais existentes, seja pelos diversos públicos que podem atrair.

Observando as evoluções das procuras sobre aqueles equipamentos culturais, por parte de visitantes nos museus e de utilizadores nas



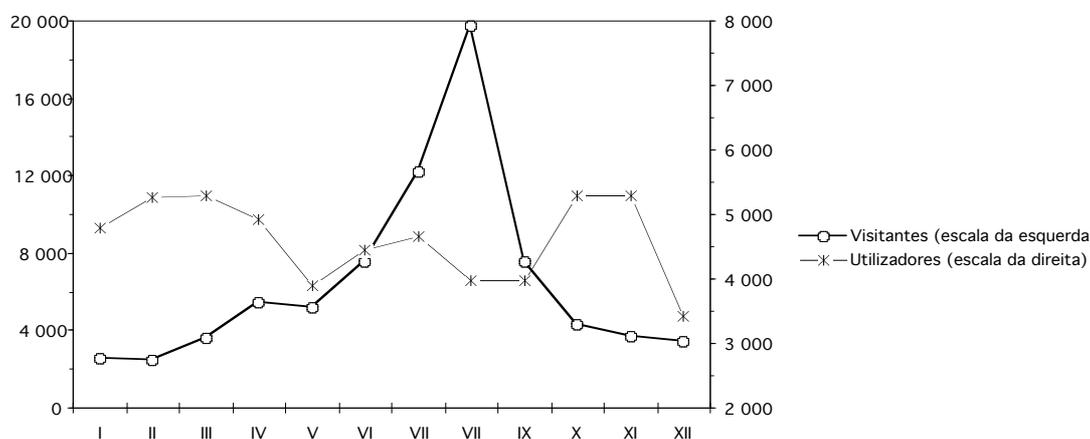
bibliotecas, verifica-se que existe actualmente uma tendência de crescimento em qualquer uma delas. Todavia, se a tendência da procura de visitantes aos museus prossegue a um ritmo mais regular e dentro de um mesmo padrão das estruturas existentes, já a procura de utilizadores nas bibliotecas revela, depois de uma ligeira quebra nos finais da década de noventa, uma intensificação do crescimento nos anos mais recentes, reflectindo, pelo menos em parte, a transição do funcionamento da biblioteca pública de Ponta Delgada das antigas para as novas instalações, no histórico Colégio dos Jesuítas.



Observando agora a evolução intra-anual para os mesmos tipos de equipamentos culturais, verifica-se que a procura nos museus intensifica-se nos meses de Verão, enquanto a procura nas bibliotecas, ao contrário, é maior nas outras estações. Para esta diferença entre as distribuições ao longo do ano contribuirá significativamente a componente de turistas que visitam os museus, enquanto nas bibliotecas será mais a componente de estudantes para leituras integradas na sua formação académica ao longo do ano escolar.



Procura intra-anual em Museus e Bibliotecas, no ano de 2003



Durante o ano de 2003, os apoios financeiros às actividades culturais, enquadrados juridicamente pelo Decreto Legislativo Regional nº 22/97/A, de 4 de Novembro, atingiram um montante na ordem de 480 mil euros.

DESPORTO

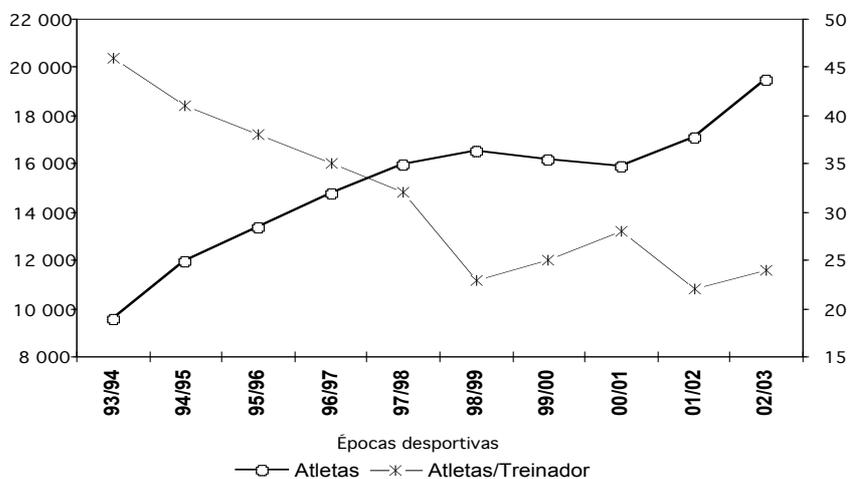
As actividades desportivas nos Açores, enquadradas pelas federações associativas das diversas modalidades, vêm movimentando um número significativo de atletas e agentes responsáveis.

O número de inscritos na época de 2002/2003 aproximou-se de cerca de 20 milhares de atletas praticantes e de 8 centos de treinadores.

Os dados anteriores resultam de um processo de crescimento assinalável já que, nos últimos dez anos, o número de atletas praticamente duplicou e as condições de enquadramento técnico poderão traduzir-se pelo rácio de 24 atletas por cada treinador, por contrapartida a um rácio inicial de 46 atletas.



Desporto Federado nos Açores



Em termos de representatividade das diversas modalidades poderão agrupar-se dois conjuntos segundo as características:

- desportivas mais individuais, que atraem largas centenas ou mesmo à volta de um milhar de praticantes, como os 606 de xadrez, 613 de natação, 614 de “karaté”, 808 de ténis, 873 de judo, 1.050 de atletismo e 1.208 de ténis de mesa;
- ou de jogo em equipa envolvendo praticantes em número superior ou na ordem dos milhares, como os 1.142 de andebol, 1.267 de basquetebol, 2.332 de voleibol e os 5.584 de futebol.

4. Situação Ambiental

A análise sucinta que a seguir se apresenta, foi preparada a partir do documento “Relatório do Estado do Ambiente – 2003”, produzido em Setembro de 2004, da responsabilidade da então Secretaria Regional do Ambiente.

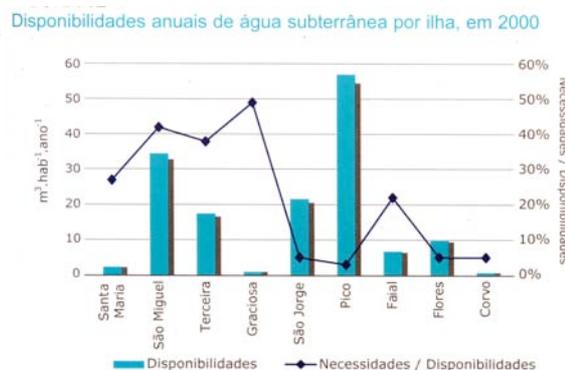
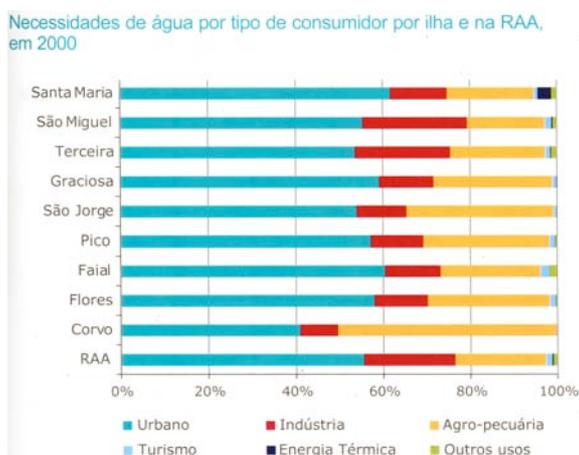


Recursos Hídricos

Necessidades/Disponibilidades

Nos Açores, as necessidades de água para uso urbanos são as mais significativas, representando cerca de 56% das necessidades totais, seguindo-se a indústria e a agro-pecuária, com um peso de cerca de 20%. O turismo, a energia e os restantes usos representam ainda um valor pouco significativo, cerca de 3%.

As águas subterrâneas constituem a principal origem de água, satisfazendo, mais de 97% das diferentes utilizações. As disponibilidades existentes estão estimadas em cerca de 1.520 milhões de metros cúbicos, considerando-se 10% deste valor como disponibilidade útil. As maiores disponibilidades situam-se nas ilhas do Pico e de S. Miguel e as menores no Corvo, Graciosa e St^a Maria. Relacionando as necessidades com as disponibilidades, regista-se maior pressão sobre os recursos disponíveis nas ilhas Graciosa, Terceira e S. Miguel.





Qualidade

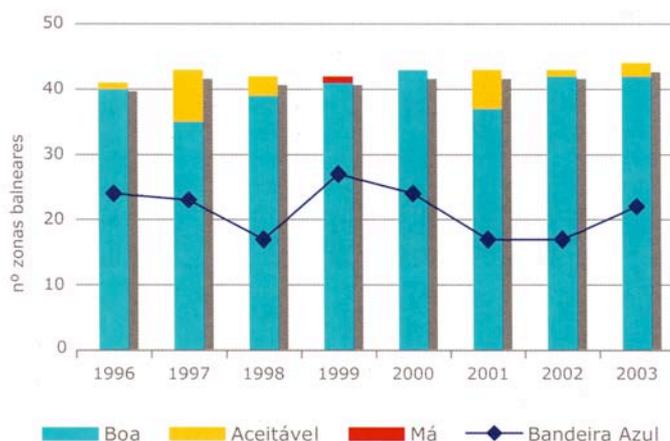
A nível das águas superficiais, designadamente as lagoas, para além do valor paisagístico, turístico e ecológico, constituem-se como reservas estratégicas de água, sendo a garantia da sua qualidade um dos desafios da gestão dos recursos hídricos. De acordo com análise e classificações efectuadas a 17 lagoas, a maioria regista situações de poluição mais ou menos acentuada, derivada de contaminação difusa por actividades agro-pecuárias e de fertilização pouco racional, donde a importância dos projectos em curso e a iniciar relativos à construção de açudes, reflorestação das faixas adjacentes às linhas de água, entre outras acções, no sentido de se reverter esta situação.

Quanto às águas subterrâneas, estas não apresentam problemas acentuados de qualidade, embora, pontualmente, possam advir alguns problemas derivados da sobre-exploração de aquíferos, com a consequente intrusão salina, do excesso de nitratos e da contaminação microbiológica relacionados com a poluição difusa, proporcionada pela exploração agro-pecuária.

No caso particular das águas balneares, de um modo geral a maioria das zonas balneares apresenta uma qualidade de água bastante razoável, o que tem originado uma classificação adequada para ostentação de bandeira azul.



Qualidade da água das zonas balneares e respectiva atribuição de Bandeira Azul



Serviços

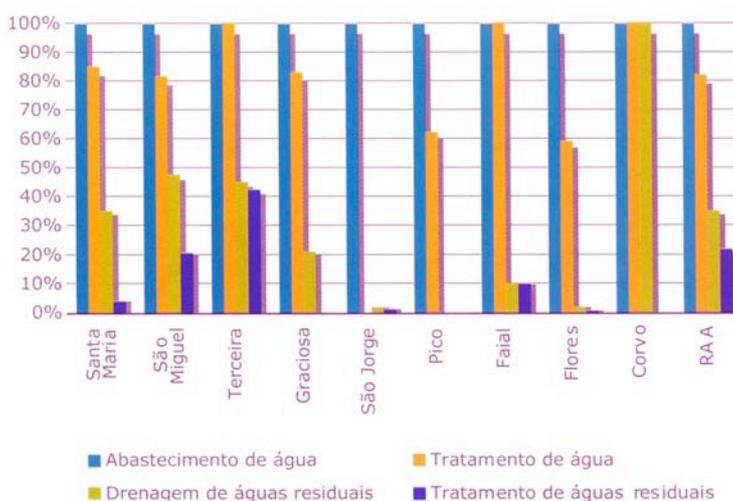
No que diz respeito ao abastecimento de água às populações, o nível de atendimento é próximo dos 100%, em termos de infra-estruturas de abastecimento. Todavia, pontualmente, por via de factores aleatórios e de perda de águas nas redes, existe cerca de 13% da população com abastecimento irregular durante o ano.

A qualidade da água fornecida nem sempre satisfaz os parâmetros de qualidade exigidos: se, por um lado, mais de 84% da população servida se encontrava servida por sistemas de tratamento, por outro, cerca de 80% da água distribuída era apenas sujeita a desinfeção por cloragem, sem um controlo significativo.



No que concerne à existência de sistemas de drenagem de águas residuais, o nível de atendimento era de cerca de 38% correspondendo os restantes 62% a fossas sépticas individuais. O nível de atendimento relativamente ao tratamento de águas residuais correspondia a penas a 24% da população, valor relativamente reduzido face às metas fixadas.

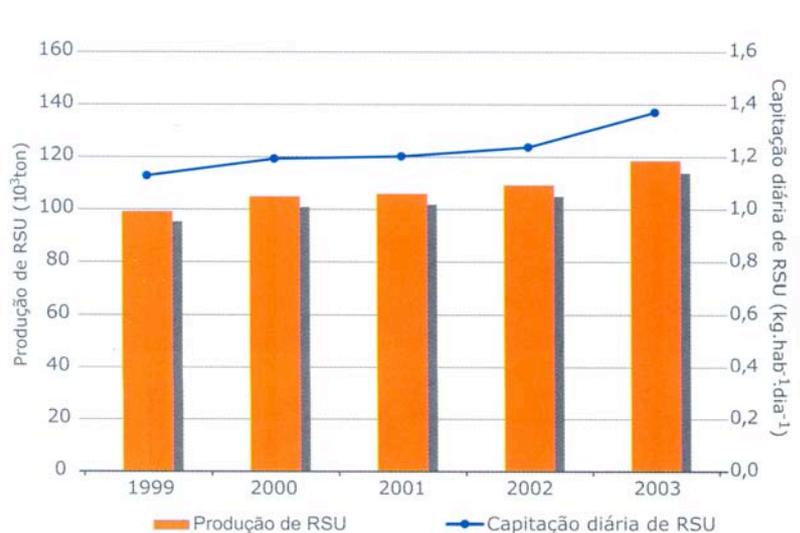
Níveis de atendimento por ilha e na RAA, em 2000



Resíduos

Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)

A produção de RSU tem vindo a aumentar, tendo atingido cerca de 118,5 mil toneladas, em 2003, sendo cerca de 50% produzido em S. Miguel, 20% na Terceira e o restante nas outras ilhas. A produção diária de RSU por habitante atinge já os 1,37Kg, sendo a maior parte constituída por matéria orgânica, seguida de material de embalagem, reforçando a necessidade de recolha selectiva, com o objectivo de reciclar e valorizar estes materiais.



Em termos de tratamento e destino final, pese embora a construção de aterros controlados e a implementação da recolha selectiva, em 2003 verificou-se ainda que cerca de 6% dos resíduos foram depositados em vazadouros sem controlo e 13% em vazadouros controlados.

Resíduos Industriais e Hospitalares

Observa-se ainda a inexistência de destino final adequado para os resíduos industriais, verificando-se uma fraca adesão por parte dos industriais de entrega de mapas de registo das quantidades produzidas. Em relação aos resíduos hospitalares, têm tido o tratamento adequado, designadamente os considerados perigosos, que são objecto de incineração e /ou tratamento químico.

Ambiente sonoro

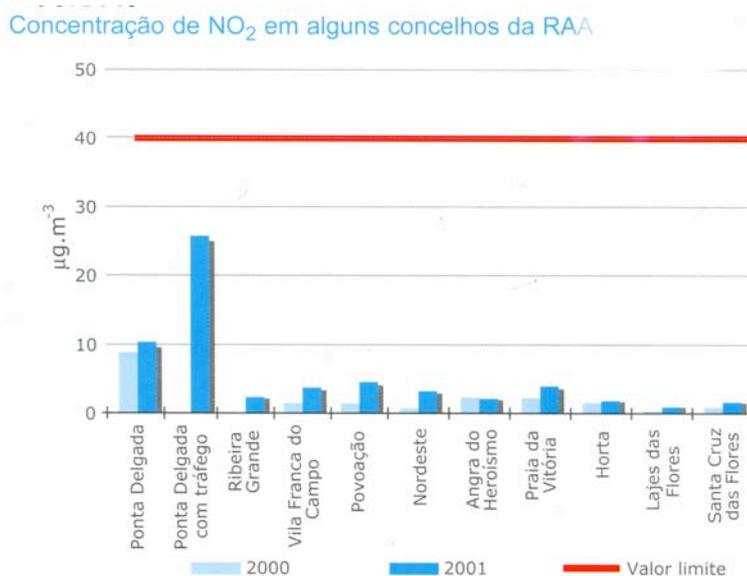
Das diversas formas de poluição existentes, o ruído é uma das que assume uma expressão nos Açores. Todavia, a existência de algumas



reclamações de particulares indicia a possibilidade de situações pontuais de um nível sonoro ambiente acima do desejado. A elaboração de um conjunto significativo de mapas de ruído, a aquisição de equipamentos de medição, permite dispor no futuro próximo de instrumentos de monitoragem e de apoio ao ordenamento do território.

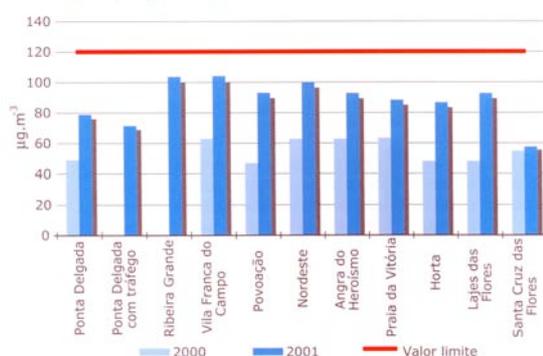
Ar

Os indicadores normalmente utilizados para a caracterização da qualidade do ar são o dióxido de enxofre (SO₂), óxidos de azoto (NO_x), monóxido de carbono (CO) e partículas em suspensão. Existem outros poluentes, como o Ozono troposférico (O₃), que resultam de reacções químicas entre poluentes primários. Pela leitura dos gráficos abaixo representados, conclui-se que as concentrações serão inferiores aos limites estabelecidos na legislação.

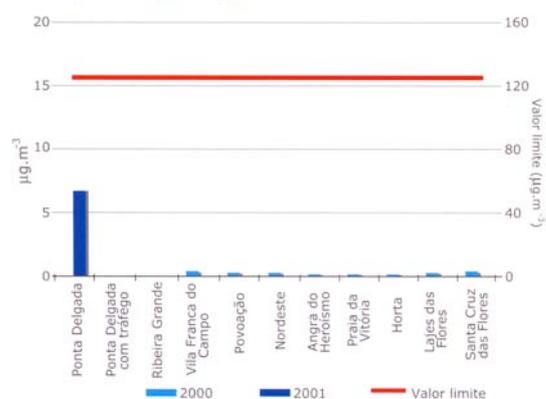




Concentração de O₃ em alguns concelhos da RAA



Concentração de SO₂ em alguns concelhos da RAA



Natureza

Em termos da biodiversidade, estão identificadas 702 espécies exóticas de flora, das quais 36 com carácter invasor. Em termos de fauna, estão inventariadas 47 espécies exóticas, distinguindo-se 5 espécies invasoras, destacando-se nestas últimas o designado escaravelho japonês. No conjunto do arquipélago estão protegidas 115 espécies, verificando-se, no entanto, 215 espécies ameaçadas.

Áreas classificadas e protegidas

A rede Natura 2000 engloba 38 locais, com uma área aproximada de 45,5 mil ha, enquanto as áreas protegidas distribuem-se por 31 locais, ocupando uma área de 68,4 mil ha. Estão definidos 23 Sítios de Importância Comunitária (SIC), que abrangem uma área total de 11,8 mil ha, 15 Zonas de Protecção Especial (ZPE), com uma área de 11,8 mil ha e está a ser ultimado o Plano Sectorial para a Rede Natura 2000.



III – EVOLUÇÃO RECENTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS REGIONAIS

A) Sector Público Administrativo

Da execução do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, em 2004, resultou um superavit de 22 milhões de euros justificado por uma execução da despesa de 732,3 milhões de euros compensada por uma receita de 754,2 milhões de euros.

Receita

A desagregação da receita por grandes agregados, bem como os seus níveis de execução, é a que abaixo se explicita.

Unidade: Euros

	ORÇAMENTADO	REALIZADO	%
1. Receitas Correntes	528.689.000,00	542.743.412,79	102,66%
Impostos Directos	144.750.000,00	153.087.090,73	105,76%
Impostos Indirectos	312.392.000,00	333.779.120,02	106,85%
Contribuições para a Segurança Social	2.700.000,00	2.813.479,75	104,20%
Taxas, multas e outras penalidades	1.900.000,00	1.799.219,58	94,70%
Rendimentos de propriedade	526.000,00	510.893,71	97,13%
Transferências Correntes	50.000.000,00	50.000.000,00	100,00%
Venda de Bens e Serviços Correntes	610.000,00	372.023,63	60,99%
Outras Receitas Correntes	15.811.000,00	381.585,37	2,41%
2. Receitas de Capital	279.942.259,00	211.506.255,87	75,55%
Venda de Bens de Investimento	410.000,00	291.376,88	71,07%
Transferências de Capital	226.089.259,00	207.047.070,39	91,58%
Activos Financeiros	50.600.000,00	1.691.503,12	3,34%
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00%
Outras Receitas de Capital	150.000,00	165.862,94	110,58%
Reposições	2.693.000,00	2.310.442,54	85,79%
3. Total (1+2)	808.631.259,00	754.249.668,66	93,27%



As receitas correntes apresentaram uma execução de 542,7 milhões de euros (102,7%), de onde se destacam os impostos indirectos com 333,8 milhões de euros, os impostos directos com 153,1 milhões de euros e as transferências correntes com 50 milhões de euros, com taxas de execução de, respectivamente 106,9%, 105,8% e 100%. De ressaltar que estes três agregados corresponderam, no seu conjunto, a 98,9% da receita corrente e a 71,2 % do total das receitas arrecadadas.

No que concerne às receitas de capital salienta-se a importância assumida pelas transferências de capital, as quais, com uma execução de 207 milhões de euros (91,6%), contribuíram em 97,9% para o total das receitas de capital e em 27,5% para o total da receita.

Relativamente aos activos financeiros, há a referir que a sua reduzida execução se ficou a dever ao facto de não se ter efectivado, em 2004, a reprivatização da EDA, S.A. e a alienação das participações sociais detidas pela Região na Verdegolf, S.A., daí que, dos 50,6 milhões de euros orçamentados apenas se tenham arrecadado 1,7 milhões de euros.

Dada a importância dos agregados acima destacados apresenta-se, de seguida, uma análise mais detalhada dos mesmos.

	(Euros)		
	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	%
Receitas Totais	808.631.259,00	754.249.668,66	93,27%
Receitas Fiscais	459.042.000,00	488.665.430,33	106,45%
IRS	108.700.000,00	109.427.469,19	100,67%
IRC	35.250.000,00	43.311.457,01	122,87%
IVA	240.300.000,00	260.729.825,42	108,50%
Outras Receitas Fiscais	74.792.000,00	75.196.678,71	100,54%
Transferências do O.E.	231.089.259,00	222.089.259,00	96,11%
Transferências do U.E.	45.000.000,00	34.957.811,39	77,68%
Outras Receitas	73.500.000,00	8.537.167,94	11,62%
Sub-Total	808.631.259,00	754.249.668,66	93,27%
Endividamento	0,00	0,00	0,00%



As receitas fiscais apresentaram uma execução de 488,7 milhões de euros (106,5%) e corresponderam a 64,8% do total da receita. Os impostos que mais se destacaram, no total das receitas fiscais, foram o IRS, o IRC e o IVA, os quais apresentaram uma execução de 100,7%, 122,9% e 108,5%, respectivamente, contribuindo, deste modo, para 84,6% do valor arrecadado em receitas fiscais.

A rubrica outras receitas fiscais com uma execução de 75,2 milhões de euros (100,5%) representou 15,4% do total da receita fiscal arrecadada. No âmbito desta receitas destacam-se o Imposto de selo, o imposto de consumo sobre o tabaco, o imposto automóvel e o imposto sobre o álcool e bebidas alcoólicas, que representaram 96,5% do valor contabilizado.

Relativamente às transferências do Orçamento de Estado (OE) verificou-se uma arrecadação de receita de 222,1 milhões de euros, o que correspondeu a uma execução de 96,1%. As transferências da EU registaram o valor de 35 milhões de euros , 77,7% de execução.



Despesa

O quadro a seguir apresentado, evidencia as componentes da despesa, bem como os seus níveis de execução a 31 de Dezembro de 2004.

Unidade: Euros

	ORÇAMENTADO	REALIZADO	%
1. Despesas Correntes	527.339.631,00	503.859.030,97	95,55%
Despesas com Pessoal	261.575.726,00	252.134.602,42	96,39%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	17.170.872,00	16.322.966,92	95,06%
Encargos Correntes da Dívida	9.000.000,00	7.371.203,49	81,90%
Transferências Correntes	220.874.876,00	218.181.551,90	98,78%
Subsídios	0,00	0,00	0,00%
Outras despesas Correntes	18.718.157,00	9.848.706,24	52,62%
2. Despesas de Capital	2.539.278,00	2.286.904,04	90,06%
Aquisição de Bens de Capital	1.593.247,00	1.371.411,04	86,08%
Transferências de Capital	628.531,00	624.455,00	99,35%
Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00%
Outras despesas de Capital	317.500,00	291.038,00	91,67%
3. Despesas do Plano	278.752.350,00	226.140.627,30	81,13%
4. Total (1+2+3)	808.631.259,00	732.286.562,31	90,56%

Relativamente às despesas correntes, salientam-se as rubricas, Despesas com Pessoal e Transferências Correntes, que no seu conjunto representam 93,3% do total da Despesa Corrente. Os 252,1 milhões de euros dispendidos com pessoal, equivaleram a 96,4% de execução e representam 34,4% do total da despesa. As Transferências Correntes apresentaram um nível de execução de 98,8% o que correspondeu a um dispêndio de 218,2 milhões de euros.

Nas despesas de capital destaca-se a rubrica Aquisição de Bens de Capital com uma execução de 86,1% (1,4 milhões de euros) e representando 60% do total da despesa de capital.



A desagregação da despesa pelas principais rubricas da despesa de funcionamento e investimento é apresentada, abaixo, de forma detalhada.

Despesas Totais	808.631.259,00	732.286.562,31	90,56%
<i>Funcionamento</i>	529.878.909,00	506.145.935,01	95,52%
Despesas com Pessoal	261.575.726,00	252.134.602,42	96,39%
Remunerações certas	218.746.522,00	212.265.849,68	97,04%
Abonos variáveis	9.788.908,00	8.379.999,72	85,61%
Segurança Social	33.040.296,00	31.488.753,02	95,30%
Transferências	221.503.407,00	218.806.006,90	98,78%
Juros da Dívida Pública	8.900.000,00	7.370.685,43	82,82%
Outras	37.899.776,00	27.834.640,26	73,44%
<i>Investimento</i>	278.752.350,00	226.140.627,30	81,13%

A despesa total atingiu os 732,3 milhões de euros, 90,6% do valor orçamentado. Deste montante, 506,1 milhões de euros (69,1% do total) foram dispendidos em despesas de funcionamento, das quais se destacam as despesas com pessoal e as transferências.

As despesas com pessoal registaram um valor de 252,1 milhões de euros dos quais 212,3 milhões de euros (84,2%) corresponderam ao pagamento de remunerações certas e permanentes.

Foram contabilizados nas transferências 218,8 milhões de euros, 98,8% do valor esperado, o que correspondeu a 29,9% do total da despesa.

Os 226,1 milhões de euros de despesas de investimento executadas corresponderam a 30,9% do total da despesa, dando conta de uma execução de 81,1% do valor global orçamentado, e de uma execução de 97,2%, não considerando as dotações do plano que estavam consignadas à receita da reprivatização da EDA, S.A. e ao pagamento de bonificações de



juros do crédito à habitação, cuja transferência não foi efectivada pelo Governo da República, em 2004.

Evolução da Execução Orçamental no Triénio 2002/2004

Execução Orçamental - 2002-2004

Un: Euros

	2002	2003	VARIAÇÃO 03/02	2003	2004	VARIAÇÃO 04/03
Receitas Totais	728.475.279,70	707.833.759,78	-2,83%	707.833.759,78	754.249.668,66	6,56%
Receitas Fiscais	422.331.078,73	425.397.676,53	0,73%	425.397.676,53	488.665.430,33	14,87%
IRS	93.247.757,99	90.103.187,95	-3,37%	90.103.187,95	109.427.469,19	21,45%
IRC	31.868.409,47	27.999.672,85	-12,14%	27.999.672,85	43.311.457,01	54,69%
IVA	244.716.515,07	253.145.119,76	3,44%	253.145.119,76	260.729.825,42	3,00%
Outras Receitas Fiscais	52.498.396,20	54.149.695,97	3,15%	54.149.695,97	75.196.678,71	38,87%
Transferências do O.E.	194.254.335,00	219.370.452,00	12,93%	219.370.452,00	222.089.259,00	1,24%
Transferências do U.E.	49.568.675,76	41.483.776,90	-16,31%	41.483.776,90	34.957.811,39	-15,73%
Outras Receitas	62.321.190,21	21.581.854,35	-65,37%	21.581.854,35	8.537.167,94	-60,44%
Sub-Total	728.475.279,70	707.833.759,78	-2,83%	707.833.759,78	754.249.668,66	6,56%
Endividamento	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
Despesas Totais	728.556.721,51	707.855.578,97	-2,84%	707.855.578,97	732.286.562,31	3,45%
Funcionamento	511.687.383,09	495.553.635,27	-3,15%	495.553.635,27	506.145.935,01	2,14%
Despesas com Pessoal	248.657.369,63	249.336.186,06	0,27%	249.336.186,06	252.134.602,42	1,12%
Remunerações certas	208.252.001,14	209.485.044,67	0,59%	209.485.044,67	212.265.849,68	1,33%
Abonos variáveis	9.625.949,41	8.911.804,23	-7,42%	8.911.804,23	8.379.999,72	-5,97%
Segurança Social	30.779.419,08	30.939.337,16	0,52%	30.939.337,16	31.488.753,02	1,78%
Transferências	200.751.934,77	212.257.492,03	5,73%	212.257.492,03	218.806.006,90	3,09%
Juros da Dívida Pública	9.056.848,56	7.592.054,42	-16,17%	7.592.054,42	7.370.685,43	-2,92%
Outras	53.221.230,13	26.367.902,76	-50,46%	26.367.902,76	27.834.640,26	5,56%
Investimento	216.869.338,42	212.301.943,70	-2,11%	212.301.943,70	226.140.627,30	6,52%

A diminuição de 2,8% nas receitas arrecadadas em 2003, relativamente a 2002 é justificada pela diminuição das transferências da União Europeia (-16,3%), do IRC (-12,1%) e da rubrica “Outras Receitas” (-65,4%).

O aumento significativo da receita em 2004 (6,6%), relativamente ao ano anterior, resultou essencialmente do aumento registado no IRC (54,7%), IRS (21,5%) e nas outras receitas fiscais (38,9%).

Relativamente à despesa, no triénio em análise, esta diminuiu 2,8% de 2002 para 2003 e cresceu 3,5% de 2003 para 2004. O crescimento verificado em 2004 deveu-se ao aumento das transferências correntes e das despesas de investimento.



B) Administração Local

Em 2003, os municípios da Região Autónoma dos Açores registaram um decréscimo no volume de verbas movimentadas, traduzido por uma diminuição de cerca de 22% nas receitas e de 14% nas despesas, conforme demonstra o quadro resumo abaixo apresentado.

No mesmo quadro pode-se observar a estrutura das principais receitas e despesas municipais na Região Autónoma dos Açores, bem como a evolução das receitas e das despesas municipais no período compreendido entre os anos 2001 e 2003.

RECEITAS E DESPESAS MUNICIPAIS

Unidade: mil euros

Receitas	2001		2002		2003		2002 / 2003 (%)
	valores	(%)	valores	(%)	valores	(%)	
Receitas Locais	20.791	13	27.956	12	30.227	17	8
Fundos OE	71.659	44	82.414	36	84.978	47	3
Fundos Comunitários	29.120	18	50.702	22	30.325	17	- 40
Transferências Governo Regional	8.400	5	7.401	3	6.313	4	- 15
Outras Transferências	4.171	3	7.863	3	8.962	5	14
Empréstimos	28.147	17	55.081	24	18.664	10	- 66
Totais	162.290 (*)	100	231.418 (*)	100	179.469 (*)	100	- 22
Despesas	2001		2002		2003		2002 / 03 (%)
	valores	(%)	valores	(%)	valores	(%)	
Pessoal	34.695	21	36.850	17	39.793	21	8
Bens e Serviços	15.669	10	17.955	8	21.688	12	21
Juros	2.740	2	2.859	1	3.870	2	35
Amortizações	5.697	4	11.622	5	9.793	5	- 16
Investimentos	93.244	58	134.048	62	98.778	53	- 26
Transferências	8.206	5	9.382	4	10.992	6	17
Outras Despesas	1.495	1	5.141	2	2.958	1	-42
Totais	161.746	100	217.858	100	187.872	100	- 14

(*) Este valor não inclui o saldo da gerência anterior.



Observando o quadro relativo às receitas, podemos concluir que as transferências dos fundos comunitários e os empréstimos foram os principais responsáveis pelo decréscimo verificado na receita global.

Entre 2002 e 2003, as transferências dos fundos comunitários diminuíram cerca de 40 por cento.

No que respeita aos empréstimos, a diminuição verificada no recurso ao crédito deve-se, em grande parte, à restrição legal determinada pela Lei do Orçamento do Estado/2003. Segundo aquela lei, os municípios apenas podem contratar novos empréstimos se satisfizerem determinados requisitos, e apenas até ao montante atribuído, resultante do cálculo do rateio nacional. Antevendo esta limitação, a maioria dos municípios contraiu novos empréstimos em Dezembro de 2002. Assim, se justifica a variação de -66% entre 2002 e 2003.

Por outro lado, o atraso na celebração do protocolo para concessão de crédito para financiamento de investimentos municipais (dando cumprimento ao disposto no Decreto Legislativo Regional nº 32/2002/A, de 8 de Agosto) implicou que, somente, a partir de 15 de Julho de 2003, é que os municípios puderam recorrer à nova linha de crédito, ou seja, decorridos 7,5 meses do exercício económico de 2003.

Por oposição, as receitas locais, as transferências do Orçamento do Estado e as outras transferências aumentaram 25 por cento, no global. Contudo, tal subida tem pouca expressão no total das receitas autárquicas.



É de assinalar, também, a redução de 15% nas transferências do Governo Regional, resultantes dos contratos anuais de cooperação, colaboração e coordenação, celebrados no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º32/2002/A, de 8 de Agosto. Em 2004, esta tendência será ainda mais visível, uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2004, apenas podem beneficiar da cooperação financeira directa os municípios que disponham de um plano director municipal eficaz àquela data.

Nas despesas, atendendo à diminuição das receitas de capital (constituídas pelos fundos comunitários, empréstimos e parte dos fundos do orçamento do estado), justifica-se o decréscimo de 26% nos investimentos. Mesmo assim, uma parte importante das receitas (9,1 milhões de euros) não foi executada em 2003, transitando em saldo para 2004. Isto significa que o investimento poderia ter ultrapassado os 100 milhões de euros.

As despesas de pessoal apresentam um crescimento de 8%. Se tivermos em conta que, em 2003, a grande maioria dos vencimentos dos funcionários não sofreu qualquer aumento, esta subida pode ser um indicador da opção de recrutamento de novos trabalhadores, e/ou da existência de um grande número de funcionários com uma faixa etária superior aos 40 anos e que, conseqüentemente, já atingiu ou está prestes a atingir o topo da sua carreira, com os escalões remuneratórios mais elevados.



No que diz respeito ao serviço da dívida municipal, regista-se um aumento de 35% no pagamento dos juros, enquanto que as amortizações dos empréstimos

municipais decresceram 16%. O aumento nos juros deve-se ao facto de, em 2003, os municípios terem começado a pagar os juros dos empréstimos contratados no final de 2002. A redução das amortizações tem duas explicações: 1ª) a grande maioria dos empréstimos municipais foram celebrados ao abrigo das linhas de crédito regional de 1991, de 1994 e de 1997, pelo que estão a chegar ao seu *terminus*, sendo de valor monetário reduzido o montante a pagar de amortizações de capital; 2ª) os novos empréstimos têm um período de carência de dois anos, e, conseqüentemente, neste período, os municípios só estão obrigados a pagar os respectivos juros.



IV – JUSTIFICAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL

A previsão orçamental da receita e da despesa constantes da proposta de Orçamento da Região Autónoma dos Açores (ORAA) para o ano de 2005 segue os critérios e os métodos utilizados nos últimos anos, ajustados, naturalmente, à realidade financeira e económica do todo nacional que o enquadra, bem como às legítimas expectativas que o Governo Regional tem na contínua regularização de ajustamentos nas suas receitas que ainda permanecem por efectuar.

No seguimento da política orçamental levada a cabo nos últimos anos, constitui objectivo central do IX Governo Regional continuar a promover a obtenção de taxas crescentes de cobertura das despesas de funcionamento da administração regional pelas receitas próprias da Região, como sendo o meio mais adequado para potenciar a libertação de recursos financeiros destinados a financiar o plano de investimentos da Região.

Este objectivo está claramente presente nesta proposta de orçamento, na medida em que as receitas próprias estimadas para 2005 ultrapassam já as despesas de funcionamento, fixando-se o rácio das mesmas em 102,8%, contra os 98,2% registados em 2004.

A concretização deste objectivo passa pela efectiva contenção dos encargos afectos ao funcionamento dos serviços públicos regionais, em ordem a que a taxa de crescimento dos mesmos não seja superior ao acréscimo das receitas próprias da Região.



Apresenta-se de seguida um quadro síntese da proposta de orçamento para o ano de 2005, no qual não se incluem as contas de ordem.

	Milhões de Euros
	2005
1. Receitas Correntes	581,0
2. Despesas Correntes	530,5
3. Encargos da Dívida Pública	8,5
4. Saldo Corrente (1-2)	50,5
5. Receitas de Capital	263,6
6. Empréstimos	0,0
7. Despesas de Capital	314,2
8. Amortização de Dívida	0,0
9. Saldo de Capital (5-7)	-50,5
10. Saldo Global (4+9)	0,0
11. Saldo Primário (10+3)	8,5

Este quadro revela claramente que a proposta de orçamento para o ano de 2005 aposta na manutenção do equilíbrio das finanças públicas regionais, apresentado um saldo orçamental que se prevê venha a ser nulo e um saldo primário da ordem dos 8,5 milhões de euros.

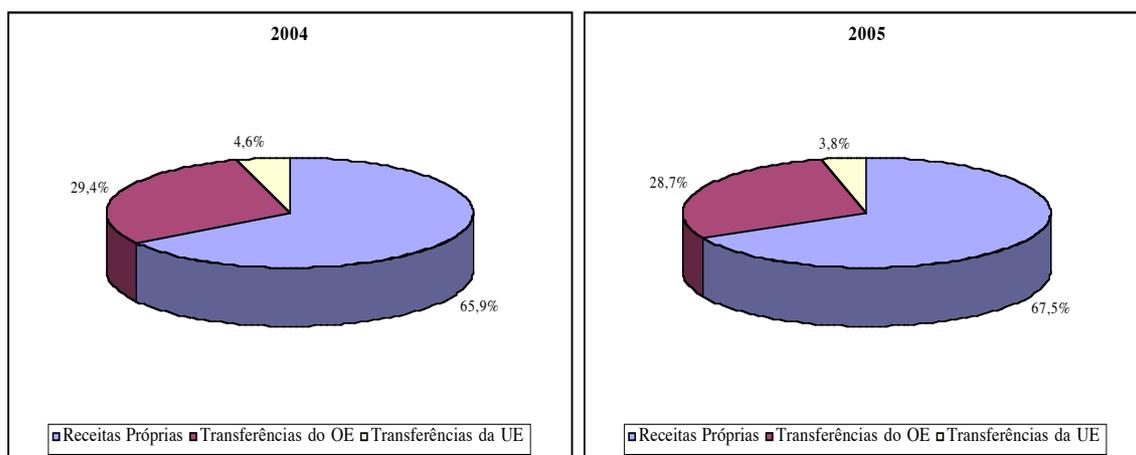
A) Orçamento da Receita

A receita global estimada para o ano de 2005 atinge o valor de 1.173,3 milhões de euros, revelando uma taxa de crescimento de 10,7%, relativamente ao montante realizado em 2004. Se não considerarmos as contas de ordem, a receita atinge os 844,7 milhões de euros, mais 12% do que no ano anterior.



As receitas efectivas, que, para 2005, são iguais à receita global, em virtude de não estar previsto o recurso ao endividamento, atingem o valor de 844,7 milhões de euros. Estas receitas serão, para efeitos de análise, desagregadas em três agrupamentos – receitas próprias, transferências do Orçamento de Estado e transferências da União Europeia – correspondentes às três fontes de financiamento do orçamento regional para 2005.

De seguida apresentam-se as estruturas da receita efectiva respeitantes à execução relativa ao ano de 2004 e à estimativa para 2005.



Como se pode observar, constata-se um incremento do peso relativo das receitas próprias da Região por contrapartida de uma diminuição registada nas transferências do Orçamento de Estado e nas transferências provenientes da União Europeia.



Receitas Próprias

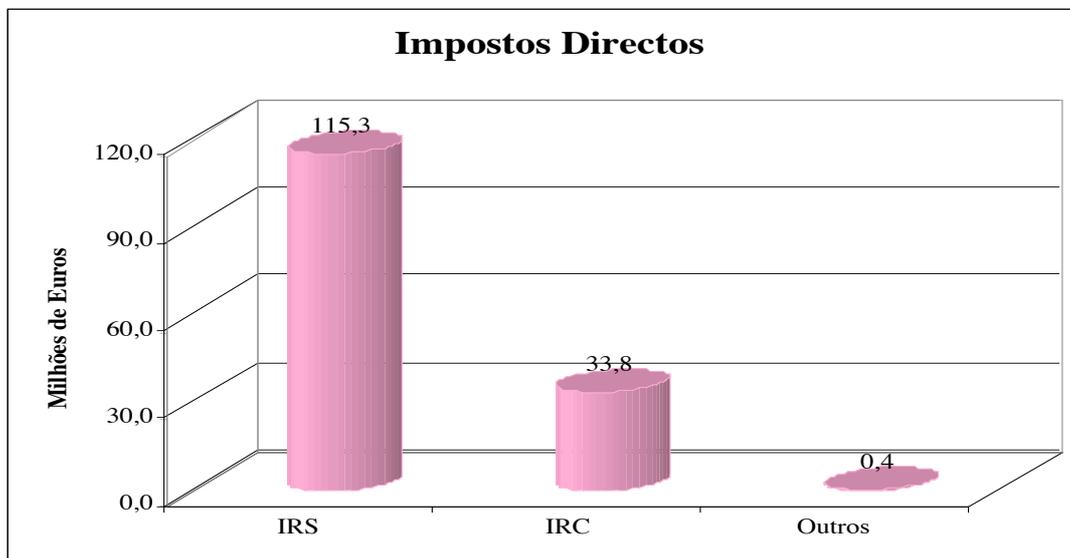
As receitas próprias estão estimadas em 569,8 milhões de euros, englobando duas componentes principais – as receitas fiscais e outras receitas próprias.

As receitas fiscais atingem uma previsão orçamental de 498,8 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 2,1% relativamente ao respectivo valor realizado em 2004.

Na previsão das receitas dos diversos impostos que compõem as receitas fiscais utilizaram-se, em regra, as respectivas taxas previstas no Orçamento de Estado para 2005, ajustadas pontualmente a situações especiais que decorrem essencialmente de acertos financeiros que se espera venham a ocorrer em 2005.

Os impostos directos atingem uma previsão orçamental de 149,5 milhões de euros, menos 2,3% do a receita arrecadada em 2004, sendo a sua receita constituída quase exclusivamente pelas cobranças do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) e do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

O gráfico seguinte apresenta a estrutura deste tipo de impostos, desagregada pelos seus principais componentes.



A previsão da receita do IRS e do IRC é efectuada com base nas cobranças conhecidas referentes ao ano de 2004 e não nos valores efectivamente transferidos neste mesmo ano , pois serão aquelas cobranças que, de acordo com o protocolo em vigor, servem de referência às transferências a efectuar em 2005.

É igualmente importante salientar que os valores transferidos de IRS e de IRC em cada ano incorporam, para além de cobranças relativas a esse mesmo ano, ajustamentos referentes a anos anteriores, os quais, pela dimensão que possam atingir, reflectem evoluções nem sempre aderentes à realidade dos mesmos.

A receita estimada para o IRS atinge o valor de 115,3 milhões de euros, mais 5,4% do que o valor arrecadado em 2004. Para a obtenção daquele valor, considerou-se uma taxa de crescimento de 4,9% sobre as cobranças do ano de 2004, tendo-se acrescentado a verba de 5,5 milhões de

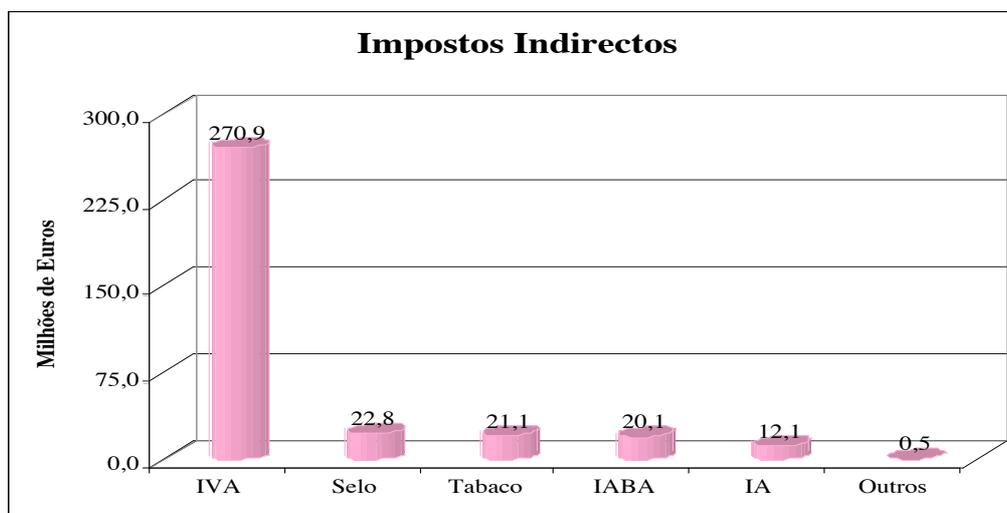


euros, correspondente a uma parte dos ajustamentos que ainda estão por fazer em sede deste imposto, nomeadamente, os resultantes das retenções efectuadas pelos funcionários públicos pertencentes a serviços do Estado localizados na Região.

Para o IRC prevê-se arrecadar um valor de 33,8 milhões de euros, menos 21,9% do que o valor realizado em 2004, o qual incorporou diversos ajustamentos positivos relativos a anos anteriores. A previsão deste imposto foi efectuada com base na cobrança do ano anterior, deduzida do impacto da redução da respectiva taxa de 30% para 25%, constante do Orçamento de Estado para 2004, a qual somente produzirá os efeitos financeiros no ano de 2005.

Os impostos indirectos atingem uma previsão global de 347,5 milhões de euros, mais 4,1% do que o valor realizado no ano anterior.

O gráfico seguinte apresenta a estrutura deste tipo de impostos, desagregada pelos seus principais componentes.





No âmbito destes impostos, merece um destaque especial o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), o qual, como é observável no gráfico anterior, representa cerca de 78% do valor dos impostos indirectos e 54,3% da totalidade das receitas fiscais.

O IVA está estimado em 270,9 milhões de euros, mais 3,9% do que o valor realizado em 2004. Importa salientar que a receita deste imposto é determinada pelo método da capitação, o que implica que a evolução prevista para a Região, dependa do seu comportamento a nível nacional.

Para o Imposto do Selo prevê-se uma verba de 22,8 milhões de euros, estando implícita uma taxa de crescimento de 4,9%, relativamente à receita efectiva deste imposto referente ao ano de 2004.

O Imposto sobre o Tabaco está estimado em 21,1 milhões de euros, mais 6,6% do que o respectivo valor arrecadado no ano anterior.

O Imposto sobre o Álcool e as Bebidas Alcoólicas (IABA) prevê uma realização de 20,1 milhões de euros, valor que incorpora a receita que se estima arrecadar em 2005, bem como a efectivação de ajustamentos relativos a anos anteriores.

Para o Imposto Automóvel prevê-se uma verba de 12,1 milhões de euros, mais 4,4% do que o valor realizado em 2004.

Para as outras receitas próprias estima-se um valor de 71 milhões de euros, a que corresponde uma diversidade de rubricas, destacando-se de seguida, as mais significativas, as quais representam cerca de 85,9% do seu respectivo total.



A reprivatização de parte do capital social da EDA, SA, detido pela Região, proporcionará um encaixe financeiro que se prevê ronde os 30 milhões de euros, o qual será, nos termos da legislação em vigor, utilizado em novas aplicações de capital no sector produtivo.

O saldo excedentário apurado no termo da execução orçamental do ano de 2004, no valor de 22 milhões de euros, será utilizado em 2005, no financiamento do plano de investimentos da Região.

A Região prevê obter um encaixe financeiro de 9 milhões de euros, com a alienação da totalidade das participações detidas no capital social da VerdGolf, SA.

Transferências do Orçamento de Estado

As transferências do Orçamento de Estado estão previstas em 242,4 milhões de euros, valor que representa uma taxa de crescimento de 9,2%, relativamente ao respectivo valor de 2004.

As transferências efectuadas com base nos artigos 30º e 31º da Lei de Finanças das Regiões Autónomas atingem os valores de 155,6 e de 54,5 milhões de euros, respectivamente, e traduzem um acréscimo de apenas 2,4%, relativamente aos valores transferidos em 2004.

O Governo da República utilizou este índice de 2,4% como sendo a taxa de crescimento da despesa pública corrente do Estado para 2005, o que tem vindo desde há muito a ser contestado pelo Governo Regional, por a mesma não integrar a totalidade da despesa corrente, nomeadamente, a



dotação provisional prevista no orçamento do Ministério das Finanças. Continuaremos a diligenciar junto da administração central, no sentido de nos serem transferidos os montantes a que a Região justamente tem direito, devendo-se, em nosso entendimento, considerar como valor da despesa pública corrente aquele que efectivamente é aprovado e que consta do Mapa IV da Lei do Orçamento de Estado.

No âmbito das transferências do Orçamento de Estado prevê-se receber o montante de 7 milhões de euros, destinados ao pagamento das bonificações de juros do crédito à habitação concedido a beneficiários da Região.

Ainda no âmbito das transferências do orçamento de Estado, está previsto o montante de 25,4 milhões de euros, destinado, exclusivamente, à comparticipação prometida pelo Governo da República no financiamento da reconstrução das habitações danificadas pelo sismo de 1998.

Transferências da União Europeia

As transferências da União Europeia que se prevê receber, em 2005, no âmbito do PRODESA, atingem um valor global de 142,6 milhões de euros, dos quais, 32,4 milhões de euros estão afectos ao financiamento dos investimentos inscritos no capítulo 40 do ORAA e 110,2 milhões de euros estão inscritos nas contas de ordem.

As transferências da União Europeia afectas ao financiamento dos investimentos previstos no capítulo 40 do ORAA, no valor de 32,4 milhões de euros, correspondem à respectiva comparticipação comunitária do fundo



estrutural FEDER em obras da responsabilidade directa do Governo Regional.

As verbas previstas em sede das contas de ordem, no valor de 110,2 milhões de euros, destinam-se a entidades diversas e registam a seguinte desagregação:

- 46,2 milhões de euros do FEDER destinados a organismos dotados de autonomia administrativa e financeira, a autarquias locais e ao sector público empresarial da Região;
- 40 milhões de euros do FEOGA destinados ao sector agrícola da Região;
- 15 milhões de euros do FSE destinados a financiar projectos de formação profissional inicial, de activos e de desempregados, nos diversos sectores de actividade;
- 9 milhões de euros do IFOP destinados a financiar projectos na área das Pescas.

Contas de Ordem

O valor das contas de ordem está estimado em 328,6 milhões de euros, menos 1,3% do que a respectiva receita registada no ano de 2004.

O montante global das contas de ordem integra 56 milhões de euros, correspondentes às receitas próprias dos fundos e serviços autónomos, e 272,6 milhões de euros de receitas consignadas a diversas entidades.



B) Orçamento da Despesa

O valor global da despesa estimada para 2005 atinge o valor de 1.166,3 milhões de euros, mais 10% do que o montante executado em 2004. Não considerando o valor das contas de ordem, a despesa fica-se pelos 837,7 milhões de euros, mais 14,4% do que o valor da despesa executada no ano anterior.

A despesa global estimada para 2005 será, seguidamente, analisada de acordo com as respectivas classificações a que, por lei, está sujeita a ser apresentada – classificação económica, classificação orgânica e classificação funcional.

Classificação Económica

No âmbito deste tipo de classificação da despesa, a mesma é estruturada de acordo com a natureza das diversas aplicações de fundos previstos em sede orçamental.

Seguidamente, apresenta-se um quadro com a estrutura da despesa global, nos anos de 2004 e de 2005. Os elementos referentes ao ano de 2004 respeitam a valores executados.



	Milhares de Euros			
	2004	%	2005	%
1. Despesas Correntes	503.859,0	47,5%	523.492,0	44,9%
Despesas com Pessoal	252.134,6	23,8%	264.728,5	22,7%
Transferências	218.181,6	20,6%	221.580,3	19,0%
Encargos Correntes da Dívida	7.371,2	0,7%	8.500,0	0,7%
Outras	26.171,7	2,5%	28.683,2	2,5%
2. Despesas de Capital	2.286,9	0,2%	2.382,0	0,2%
Aquisição de Bens	1.371,4	0,1%	1.505,6	0,1%
Outras	915,5	0,1%	876,4	0,1%
3. Despesas de Funcionamento (1+2)	506.145,9	47,7%	525.874,0	45,1%
4. Despesas do Plano	226.140,6	21,3%	311.779,5	26,7%
5. Contas de Ordem	327.747,6	30,9%	328.602,0	28,2%
6. Total da Despesa (3+4+5)	1.060.034,2	100,0%	1.166.255,5	100,0%

Nota: Não inclui, em 2005, o valor da Dotação Provisional

A análise a este quadro permite concluir que, entre 2004 e 2005, regista-se uma evolução positiva no que respeita ao modelo de gestão das finanças públicas regionais implementado pelo Governo Regional, na medida em que é notório o aumento de peso das despesas de investimento, por contrapartida de uma diminuição do peso das despesas de funcionamento, no total da despesa.

As despesas correntes previstas para 2005 atingem uma dotação orçamental de 523,5 milhões de euros, mais apenas 3,9% do que o valor executado no ano anterior.

No âmbito destas despesas, destaca-se o valor destinado às despesas com pessoal, as quais, com uma dotação de 264,7 milhões de euros, apresentam uma taxa de crescimento de 5%, relativamente ao valor



executado em 2004. Estas despesas representam 49,9% do valor global das despesas correntes.

O acréscimo que se prevê nestas despesas integram, para além dos aumentos dos índices fixados pelo Governo da República, os encargos decorrentes das evoluções normais previstas nas carreiras dos funcionários da administração regional, bem como, outros encargos resultantes da criação de novos serviços.

As transferências correntes estão estimadas em 221,6 milhões de euros, mais 1,5% do que o valor executado no ano anterior.

Estas transferências têm implícita uma taxa de crescimento de 4%, relativamente à execução de 2004. Contudo, em virtude de ajustamentos efectuados nas dotações a transferir para alguns fundos autónomos, resultou um acréscimo global de apenas 1,5%.

O valor destas transferências integra, essencialmente, as verbas destinadas ao funcionamento de vários fundos e serviços autónomos, bem como, os montantes necessários ao pagamento dos complementos de pensão atribuídos aos reformados da Região.

Ainda no contexto das transferências correntes, salientam-se as verbas destinadas ao financiamento dos organismos integrados no Serviço Regional de Saúde, os quais, com uma dotação de 177,8 milhões de euros, apresentam um acréscimo de 4%, relativamente ao valor de 2004. Refira-se que a taxa de crescimento registada entre 2003 e 2004 foi de apenas 2,5%.

Os encargos correntes da dívida estão estimados em 8,5 milhões de euros, valor que se considera suficiente, num quadro de estabilidade dos



mercados financeiros internacionais, nomeadamente do europeu, para os quais, não se aguardam, nos primeiros 6 a 7 meses de 2005, alterações muito significativas.

As outras despesas correntes atingem uma dotação de 28,7 milhões de euros, dos quais, 17,6 milhões de euros destinam-se a suportar os encargos com a aquisição de bens e serviços correntes, necessários ao normal funcionamento dos serviços públicos regionais, e 9,5 milhões de euros estão afectos ao financiamento da actividade corrente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

As despesas de capital estão estimadas em 2,4 milhões de euros, mais 4,2% do o valor executado em 2004. Do montante global destas despesas destacam-se 1,5 milhões de euros de aquisições de bens de capital, destinadas a equipar ou a renovar os equipamentos dos gabinetes dos serviços públicos regionais, mormente, daqueles que necessitarem de novas instalações, e 0,6 milhões de euros destinados a transferências de capital, fundamentalmente, para fundos e serviços autónomos.

As despesas de investimento constantes do capítulo 40 do ORAA estão estimadas em 311,8 milhões de euros, valor que traduz uma significativa taxa de crescimento de 37,9%, relativamente ao respectivo montante executado em 2004.

O valor dos investimentos projectados para o ano de 2005, traduzem pois, o propósito do Governo Regional em prosseguir e reforçar a afectação de meios financeiros consideráveis aos sectores produtivos, mormente os ligados à iniciativa privada, como forma de assegurar níveis de



crescimento que nos permitam continuar a necessária aproximação com as médias nacional e comunitária.

Classificação Orgânica

Nos termos desta classificação, as despesas estão agregadas pelos respectivos serviços e departamentos que têm a seu cargo a execução das mesmas.

O quadro seguinte apresenta a despesa global prevista para 2005, bem como respectivo montante executado em 2004, incluindo o valor das contas de ordem, distribuída pelos vários departamentos que integram a orgânica do IX Governo Regional.

	Milhares de Euros			
	2004	%	2005	%
Assembleia Legislativa Regional dos Açores	9.434,6	0,9%	9.812,0	0,8%
Presidência do Governo Regional	16.691,9	1,6%	21.765,8	1,9%
Vice-Presidência do Governo Regional	292.734,7	27,6%	325.896,4	27,9%
Sec. Reg. da Educação e Ciência	250.684,8	23,6%	265.376,0	22,8%
Sec. Reg. da Habitação e Equipamentos	104.201,7	9,8%	99.206,0	8,5%
Sec. Reg. da Economia	106.165,6	10,0%	129.079,0	11,1%
Sec. Reg. dos Assuntos Sociais	187.873,8	17,7%	204.064,3	17,5%
Sec. Reg. da Agricultura e Florestas	70.122,7	6,6%	84.177,8	7,2%
Sec. Reg. do Ambiente e do Mar	22.124,3	2,1%	26.878,2	2,3%
Total	1.060.034,2	100%	1.166.255,6	100%

Nota: Não inclui, em 2005, o valor da Dotação Provisional

A análise a este quadro permite aferir o volume de despesa afecta a cada departamento regional, designadamente, o peso relativo que cada um detêm no respectivo valor global, observando-se que, em termos gerais, não se registam alterações significativas entre os anos de 2004 e 2005.

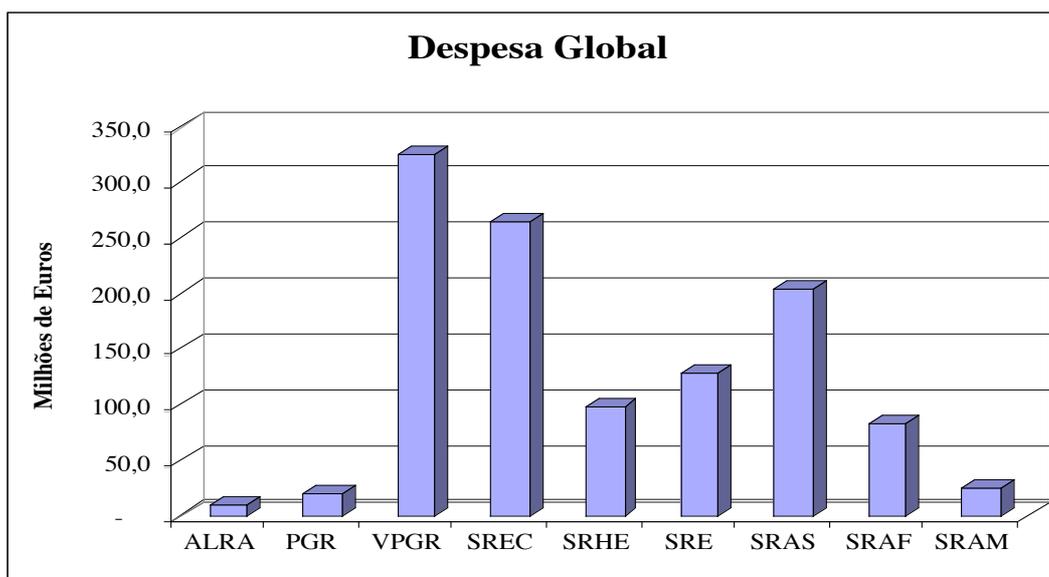


A despesa executada em 2004 está, naturalmente, e para efeitos de análise, ajustada à nova orgânica do Governo Regional.

A Vice-Presidência do Governo Regional, com 325,9 milhões de euros, é o departamento que detêm o peso relativo mais significativo, 27,9% do respectivo total, aumentando ligeiramente o mesmo em 0,3 pontos percentuais de 2004 para 2005. O capítulo da despesa mais representativo é o das contas de ordem, com 233,8 milhões de euros.

A Secretaria Regional da Educação e Ciência, com 265,4 milhões de euros, detêm um peso relativo de 22,8%, o qual diminuiu 0,8 pontos percentuais entre 2004 e 2005. O capítulo da despesa mais importante é a Direcção Regional da Educação, com 192,9 milhões de euros.

Em termos gráficos, a despesa global estimada para 2005, de acordo com a classificação orgânica, é apresentada no gráfico seguinte.





O quadro seguinte apresenta a despesa, com estrutura idêntica à do quadro anterior, apenas não contemplando o valor das contas de ordem.

	2004		Milhares de Euros	
		%	2005	%
Assembleia Legislativa Regional dos Açores	9.434,6	1,3%	9.812,0	1,2%
Presidência do Governo Regional	16.604,9	2,3%	21.615,8	2,6%
Vice-Presidência do Governo Regional	49.778,5	6,8%	92.142,3	11,0%
Sec. Reg. da Educação e Ciência	234.240,0	32,0%	252.579,9	30,2%
Sec. Reg. da Habitação e Equipamentos	98.550,2	13,5%	92.835,9	11,1%
Sec. Reg. da Economia	46.216,9	6,3%	56.557,8	6,8%
Sec. Reg. dos Assuntos Sociais	187.873,8	25,7%	204.000,5	24,4%
Sec. Reg. da Agricultura e Florestas	67.463,2	9,2%	81.595,2	9,7%
Sec. Reg. do Ambiente e do Mar	22.124,3	3,0%	26.514,2	3,2%
Total	732.286,6	100%	837.653,6	100%

Nota: Não inclui, em 2005, o valor da Dotação Provisional

Como se pode observar neste quadro, a não consideração do valor das contas de ordem, permite que se registem algumas alterações mais significativas entre os anos em análise, designadamente, ao nível da Vice-Presidência do Governo Regional. Esta evolução do peso relativo, mais 4,2 pontos percentuais, tem explicação, fundamentalmente, no capítulo 40 do ORAA, designadamente, nos programas 28 e 29, os quais, registaram uma execução em 2004 muito reduzida.

A Secretaria Regional da Educação e Ciência, com um montante de 252,6 milhões de euros, é a que apresenta o valor de despesa mais significativo, detendo um peso relativo de 30,2% do total da despesa, apesar de registar um decréscimo de 1,8 pontos percentuais, relativamente ao ano anterior.

A Secretaria Regional dos Assuntos Sociais apresenta o segundo maior volume de despesa, com 204 milhões de euros, sendo o seu peso



relativo de 24,4%, registando, igualmente, uma diminuição de 1,3 pontos percentuais entre 2004 e 2005.

Estes dois departamentos apresentam um volume de despesa que ultrapassa os 50% do valor total da despesa, atingindo, em conjunto, um peso relativo de 54,6%.

Apresenta-se, de seguida, as despesas de investimento previstas no capítulo 40 do ORAA para 2005, desagregadas nos termos da respectiva classificação orgânica, bem como os correspondente valores executados em 2004.

	Milhares de Euros			
	2004	%	2005	%
Presidência do Governo Regional	6.010,2	2,7%	10.522,0	3,4%
Vice-Presidência do Governo Regional	3.863,3	1,7%	42.158,9	13,5%
Sec. Reg. da Educação e Ciência	34.521,2	15,3%	48.129,0	15,4%
Sec. Reg. da Habitação e Equipamentos	76.085,7	33,6%	69.452,1	22,3%
Sec. Reg. da Economia	37.326,9	16,5%	47.125,6	15,1%
Sec. Reg. dos Assuntos Sociais	11.961,3	5,3%	21.027,9	6,7%
Sec. Reg. da Agricultura e Florestas	40.184,8	17,8%	52.607,2	16,9%
Sec. Reg. do Ambiente e do Mar	16.187,2	7,2%	20.756,8	6,7%
Total	226.140,6	100%	311.779,5	100%

Analisando este quadro, constata-se que é a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, com uma dotação de 69,5 milhões de euros, o departamento regional que detêm o peso relativo mais significativo (22,3%), não obstante, registar uma diminuição de 11,3 pontos percentuais, relativamente ao ano anterior.

A Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, com 52,6 milhões de euros, detêm o segundo peso relativo mais elevado (16,9%), registando,



também, uma diminuição do respectivo peso, em 0,9 pontos percentuais, relativamente a 2004.

A Vice-Presidência do Governo Regional, com uma dotação de 42,2 milhões de euros, detêm um peso de 13,5%, o qual traduz um aumento significativo de 11,8 pontos percentuais, relativamente ao ano de 2004.

Classificação Funcional

Nos termos desta classificação, a despesa é estruturada de acordo com as grandes funções que ao Estado cabe desempenhar.

O quadro seguinte apresenta a despesa global estimada para o ano de 2005, distribuída pelas diversas funções, bem como os correspondentes valores executados em 2004.



	Milhares de Euros			
	2004	%	2005	%
1. Funções Gerais de Soberania	243.033,5	22,9%	245.845,6	21,1%
1.01 Serviços Gerais da Administração Pública	243.033,5	22,9%	245.845,6	21,1%
2. Funções Sociais	497.779,6	47,0%	539.652,5	46,3%
2.01 Educação	212.052,1	20,0%	227.588,7	19,5%
2.02 Saúde	180.142,7	17,0%	193.570,8	16,6%
2.03 Segurança e Acção Social	7.731,1	0,7%	10.493,5	0,9%
2.04 Habitação e Equipamentos Colectivos	73.228,6	6,9%	77.432,0	6,6%
2.05 Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	24.625,1	2,3%	30.567,4	2,6%
3. Funções Económicas	278.029,5	26,2%	342.794,2	29,4%
3.01 Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	127.335,8	12,0%	141.704,2	12,2%
3.02 Indústria e Energia	63.980,1	6,0%	64.675,5	5,5%
3.03 Transportes e Comunicações	59.369,1	5,6%	68.455,3	5,9%
3.04 Comércio e Turismo	11.533,2	1,1%	35.795,1	3,1%
3.05 Outras Funções Económicas	15.811,4	1,5%	32.164,0	2,8%
4. Outras Funções	41.191,6	3,9%	37.963,3	3,3%
4.01 Operações da Dívida Pública	7.371,2	0,7%	8.500,0	0,7%
4.03 Diversas não Especificadas	33.820,4	3,2%	29.463,3	2,5%
Total	1.060.034,2	100%	1.166.255,6	100%

Nota: Não inclui, em 2005, o valor da Dotação Provisional

A primeira conclusão a retirar do quadro é que se mantém, em 2005, uma estrutura semelhante à verificada no ano anterior, no que ao seu peso relativo diz respeito, continuando a ser as funções sociais aquelas que registam maiores volumes de despesa, seguidas das funções económicas.

Para as funções sociais estima-se uma dotação global de 539,7 milhões de euros, valor que traduz uma taxa de crescimento de 8,4%, relativamente ao respectivo montante executado em 2004 e que observa uma ligeira redução do seu peso relativo, em 0,6 pontos percentuais.

No âmbito das funções sociais, os sectores mais significativos são o da “Educação”, com uma dotação prevista de 227,6 milhões de euros e o



da “Saúde”, com 193,6 milhões de euros, representando os dois 78% da totalidade das verbas destinadas às funções sociais.

Para as funções económicas, prevê-se uma dotação de 342,8 milhões de euros, montante que traduz uma significativa taxa de crescimento de 23,3%, relativamente à respectiva execução do ano anterior e que regista um aumento do seu peso relativo, em 3,2 pontos percentuais.

No cômputo das funções económicas, destaca-se o sector da “Agricultura. Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca”, com uma dotação prevista de 141,7 milhões de euros, seguido do sector dos “Transportes e Comunicações”, com 68,5 milhões de euros e do sector da “Indústria e Energia”, com 64,7 milhões de euros, representando os três 80,2% do valor global das dotações afectas às funções económicas.

Contas de Ordem

O valor das contas de ordem atinge uma previsão global de despesa de 328,6 milhões de euros, valor igual à respectiva verba prevista para a receita, dada a natureza consignada das rubricas que as compõem.



C) Orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos

Ao abrigo do artigo 12.º da Lei n.º 79/98, de 24 de Novembro – Lei de Enquadramento Orçamental – incluem-se na presente proposta de orçamento os mapas com as receitas globais dos Fundos e Serviços Autónomos (FSA), especificadas segundo uma classificação orgânica, por capítulos, despesas globais dos FSA, especificadas também segundo uma classificação orgânica, despesas globais dos FSA segundo uma classificação funcional e, ainda, as despesas globais dos FSA, especificadas segundo uma classificação económica.

Os organismos autónomos integrados no orçamento da Segurança Social não foram incluídos nos mapas referidos no parágrafo anterior.

Classificação Económica

O orçamento afecto aos serviços e fundos autónomos desagregado segundo a sua classificação económica é o que de seguida se explicita.



DESIGNAÇÃO DA RECEITA	Euros	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	Euros
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
Impostos directos	0	Despesas pessoal	137.657.524
Impostos indirectos	36.936.417	Aq. de bens e serviços correntes	118.127.953
Cont. para Seg. social, C.G.A e ADSE	0	Encargos correntes da dívida	2.547.275
Txs,multas e outras penalidades	7.625.455	Transferências	23.294.757
Rend. de propriedades	8.944	Subsídios	25.192.829
Transferências	244.896.614	Outras despesas correntes	5.213.439
Venda de bens e serviços correntes	49.117.446		
Outras receitas correntes	2.270.156		
Receitas Correntes	340.855.032	Despesas Correntes	312.033.777
RECEITAS DE CAPITAL		DESPESAS DE CAPITAL	
Venda de bens de investimento	987.450	Aquisição de bens de capital	30.157.749
Transferências	50.219.099	Transferências de Capital	51.800.855
Activos financeiros	1.190.000	Activos financeiros	45.380
Passivos financeiros	0	Passivos financeiros	2.493.990
Outras receitas de capital	0	Outras despesas de capital	0
Recursos próprios comunitários			
Receitas de Capital	52.396.549	Despesas de Capital	84.497.974
SUB-TOTAL	393.251.581	SUB-TOTAL	396.531.751
Reposições	17.823	Contas de Ordem	8.104.074
Saldo da gerência anterior			
Na posse do serviço	261.347		
Na posse do Tesouro	3.001.000		
Operações extra-orçamentais	8.104.074		
TOTAL	404.635.825	TOTAL	404.635.825

O valor orçamentado para a receita e a despesa dos fundos e serviços autónomos, no seu todo, é de 404,6 milhões de euros.

A receita esperada é composta em 84,2% por receitas correntes, 13% por receitas de capital sendo que, os restantes 2,8% dizem respeito a reposições, saldo da gerência anterior e operações extra-orçamentais.

É esperado que 71,8% dos 340,9 milhões de euros orçamentados para as receitas correntes, sejam arrecadados sob a forma de transferências correntes, esperando-se também que a venda de bens e



serviços correntes contribuem em 14,4 % para aquele valor. As restantes componentes da receita corrente, equivalem a 13,8% do total.

Nas receitas de capital destacam-se as transferências, com um peso de 95,8 %, sendo o seu valor estimado em 50,2 milhões de euros.

Relativamente à despesa, e à semelhança dos anos anteriores, as despesas correntes assumem um peso significativo, prevendo-se que em 2005 atinjam os 312 milhões de euros (77,1%). Os restantes 22,9% repartem-se por 84,5 milhões de despesas de capital e 8 milhões de euros de contas de ordem.

Nas despesas correntes destacam-se as despesas com pessoal e a aquisição de bens e serviços correntes, que no seu conjunto representam 82% do total, estimando-se que atinjam os 137,7 milhões de euros e os 118,1 milhões de euros, respectivamente.

Dos 84,5 milhões de euros orçamentados para as despesas de capital, 51,8 milhões de euros (61,3%) dizem respeito a transferências de capital, e 30,2 milhões de euros (35,7%) a aquisição de bens de capital.

Classificação Orgânica

A repartição orgânica do orçamento afecto aos serviços e fundos autónomos é a que abaixo se apresenta:



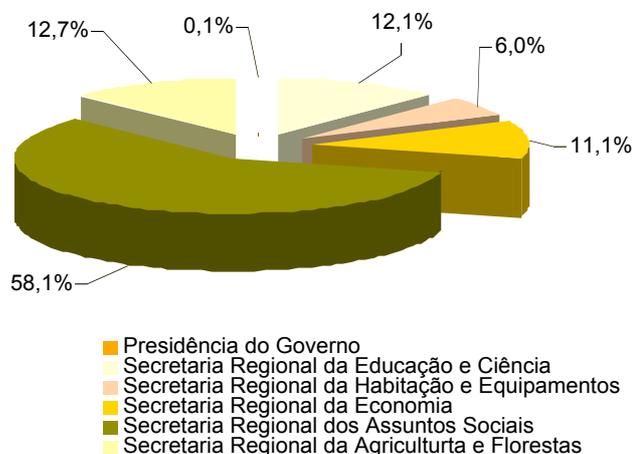
	Montantes em €	%
Presidência do Governo	250.000	0,06%
Secretaria Regional da Educação e Ciência	48.809.133	12,06%
Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos	24.108.366	5,96%
Secretaria Regional da Economia	44.748.000	11,06%
Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	235.193.406	58,12%
Secretaria Regional da Agricultura e Florestas	51.526.920	12,73%
TOTAL	404.635.825	100,00%

A Secretaria Regional dos Assuntos Sociais representa 58,1% das despesas orçamentadas para os FSA, tendo afecto um valor esperado de 235,2 milhões de euros. Esta Secretaria Regional tem 19 serviços autónomos dela dependentes, o que representa 27,1% do total de FSA existentes. Destes serviços destacam-se, pelo seu peso no orçamento os seguintes:

- Hospital de Ponta Delgada – 28,2%
- Hospital de Angra do Heroísmo – 18,3%
- Hospital da Horta – 9%
- Centro de Saúde de Ponta Delgada – 10,4%

Nos fundos dependentes da Secretaria Regional da Educação e Ciência, destacam-se os 41 fundos escolares que representam 58,6% do total de fundos, que aliados aos restantes 4 fundos dependentes desta Secretaria, representam apenas 9,9% do total orçamentado.

Graficamente, a proporção que cada Secretaria Regional assume no total do orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos, é a apresentada de seguida.



Classificação Funcional

No contexto da classificação funcional, as despesas globais dos FSA são as especificadas no quadro seguinte.

	Montantes em €	%
Funções Gerais Soberania	19.644.838	4,9%
Funções Sociais	255.253.810	63,1%
Funções Económicas	109.680.850	27,1%
Outras Funções	20.056.327	5,0%
TOTAL	404.635.825	100,00%

Segundo esta classificação, são as despesas afectas às funções sociais que mais se destacam, representando 63,1% do total da despesa, seguindo-se as funções económicas (27,1%), das outras funções (5%) e por último, das funções gerais de soberania (4,9%).

A proporção que cada função de carácter social assume do total destas (255,3 milhões de euros), é de:

- Educação – 7,5%;



- Saúde – 90,3% (56,9% do total das despesas globais);
- Segurança e Acções Sociais – 1,8% ; e
- Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos – 0,4%.

Os 109,7 milhões de euros afectos às funções económicas desagregam-se do seguinte modo:

- Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca – 47%;
- Indústria e Energia – 40,8%; e
- Transportes e Comunicações – 12,2%.



B) Orçamento Consolidado do Sector Público Administrativo

O Orçamento Consolidado do Sector Público Administrativo para 2005 é de 1.329,1 milhões de euros, conforme quadro a seguir apresentado.

ORÇAMENTO CONSOLIDADO DO SECTOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO

(Milhões de euros)

DESIGNAÇÃO	CONSOLIDADO
Receitas Correntes	701,4
Receitas Fiscais	543,3
Outras	158,0
Receitas de Capital	263,1
Outras Receitas	28,0
Operações extra-orçamentais	336,7
TOTAL DA RECEITA	1.329,1
Despesas Correntes	705,4
Despesas com Pessoal	405,9
Outras	299,5
Despesas de Capital	287,0
Operações extra-orçamentais	336,7
TOTAL DA DESPESA	1.329,1

Estima-se que as receitas correntes atinjam os 701,4 milhões de euros (52,8% do total da receita), dos quais 543,3 milhões de euros dizem respeito a receitas fiscais e os restantes 158 milhões de euros a outras receitas correntes.

Relativamente às receitas de capital, prevê-se que estas possibilitem uma arrecadação de 263,1 milhões de euros.

No que concerne à despesa, 53,1% do seu total serão despendidas com despesas correntes, sendo que dos 705,4 milhões de euros



orçamentados para este agregado, 405,9 milhões de euros (57,5%) dizem respeito a despesas com pessoal.

As despesas de capital estão estimadas em 287 milhões de euros.



V – Dívida Pública Regional

A - Dívida Directa

De acordo com o estipulado na Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro, lei que aprovou o Orçamento de Estado para 2004, a Região Autónoma dos Açores, em 2004, tal como em 2003, ficou impossibilitada de contrair empréstimos, incluindo todas as formas de dívida, que originassem um aumento do seu endividamento líquido, pelo que, o stock da dívida, a 31 de Dezembro de 2004 era rigorosamente igual ao stock da dívida a 31 de Dezembro do ano anterior, ou seja, 275 milhões de euros.

Para o ano de 2005, e de acordo com a Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro, a Região não pode contratar novos empréstimos, incluindo todas as formas de dívida, que impliquem um aumento do seu endividamento líquido, com excepção, dos empréstimos destinados ao financiamento de projectos com participação de fundos comunitários, situação esta que permite à Região, se o pretender, ir ao mercado financeiro.

Contudo, a Região não pretende, em 2005, recorrer a qualquer tipo de endividamento, prosseguindo assim, e como atrás já foi referido, a política de equilíbrio orçamental das finanças públicas regionais.



No final de 2005 estima-se que o stock da dívida directa da Região Autónoma dos Açores seja igual ao de 31 de Dezembro de 2004, dado que os empréstimos em vigor só começarão a ser reembolsados a partir de 2006.

Serviço da Dívida Pública

A execução orçamental dos encargos correntes da dívida pública, registou, em 2004, o valor de 7,4 milhões de euros, referente ao pagamento de juros, não se tendo registado nenhuma amortização, conforme quadro a seguir apresentado.

AMORTIZACOES E JUROS PAGOS PELA RAA 2004

INSTITUICAO	DATA	JUROS PAGOS	AMORT.EFFECT.	TOTAL
C/C DGT			0,00	0,00
C/C DGT			0,00	0,00
DEXIA	01-12-04	2.237.940,28	0,00	2.237.940,28
"FRN" - 2008	22-08-04	2.111.651,74	0,00	2.111.651,74
Encargos da dívida em moeda nacional		4.349.592,02	0,00	4.349.592,02
"FRN" - 2006	19-08-04	1.196.143,32	0,00	1.196.143,32
"FRN" - 2006 - Fungível	19-08-04	1.824.950,09	0,00	1.824.950,09
Encargos da dívida em moeda estrangeira		3.021.093,41	0,00	3.021.093,41
TOTAL DE ENCARGOS		7.370.685,43	0,00	7.370.685,43
Outros Encargos Correntes da Dívida		518,06	0,00	518,06
Outros Passivos Financeiros - Aval		0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL		7.371.203,49	0,00	7.371.203,49

A evolução cronológica dos encargos com serviço da dívida, nos últimos 4 anos, é a que se apresenta no quadro seguinte:

(Milhares de Euros)

Anos	Juros	Amortizações	Outros encargos	Total
2001	9.376	60.548	91,0	70.015
2002	9.057	26.659	16,0	35.732
2003	7.592	0	0,0	7.592
2004	7.370	0	0,5	7.371



Evolução da Dívida Pública

Em virtude da Região não ter contraído empréstimos, nos últimos dois anos, nem efectuado qualquer amortização, a dívida pública, no final de 2004, mantém-se igual à registada no ano anterior.

A desagregação da dívida, segundo a natureza da moeda em que está expressa, encontra-se patente no quadro seguinte.

DÍVIDA DIRECTA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES, EM 31/12/2004 (em Euros)

	EMPRESTIMOS						TAXA CAMBIO	MONTANTE DÍVIDA €
	Tipo Moeda	DATA		MONTANTE	AMORT.	SALDO ACTUAL		
		Inicial	Final					
1) Dívida denominada em Euros								
Dexia - Project & Public Finance	EURO	3 Out, 2002	1 Dez, 2007	56.587.474,00	0,00	56.587.474,00	56.587.474,00	
AZORES - FRN - 2008	EURO	22 Ago, 2001	22 Ago, 2008	91.250.000,00	0,00	91.250.000,00	91.250.000,00	
TOTAL 1				147.837.474,00	0,00	147.837.474,00	147.837.474,00	
2) Dívida denominada em moedas não Euro								
AZORES - FRN - 2006*	USD	19 Ago, 1996	19 Ago, 2006	65.000.000,00	0,00	65.000.000,00	153,8462	49.879.789,71
US\$85,000,000 FRN*Fungible**	USD	27 Nov, 1997	18 Ago, 2009	85.000.000,00	0,00	85.000.000,00	182,3530	77.313.674,05
TOTAL 2								127.193.463,75
DÍVIDA TOTAL (1+2)								275.030.937,75



B - Avals

O Decreto Legislativo Regional n.º 3/2004/A, de 28 de Janeiro, fixou para o ano 2004, o limite máximo de Avals a conceder pela Região Autónoma dos Açores, em 175 milhões de euros.

O peso que cada entidade assume no total da responsabilidade de avals, encontra-se patente no quadro a seguir apresentado, de onde se ressalva que a EDA – Electricidade dos Açores, S.A. continua a ser a empresa sobre a qual a Região tem maiores responsabilidades, 33,7%.

Responsabilidades de avals por entidades

(Euros)

Entidade	%	Valor
EDA	33,68%	94.177.908,53
SATA	3,37%	9.427.280,26
SOGEO	2,45%	6.858.471,08
IAMA	0,89%	2.493.989,49
VERDEGOLF	0,40%	1.122.223,30
LOTAÇOR	1,07%	2.992.787,39
SPRHI, S.A	22,91%	64.070.000,00
SAUDAÇOR	28,61%	80.000.000,00
APTG,s. ^a	3,93%	11.000.000,00
APSM,,S.A.	0,89%	2.500.000,00
APTO,S.A.	1,79%	5.000.000,00
Total	100,00%	279.642.660,05

Para o corrente ano, o plafond de avals proposto é igual ao do ano de 2004 – 175 milhões de euros.



VI - Sector Público Empresarial Regional

A 31 de Dezembro de 2003, o sector público empresarial regional apresentava as características que abaixo se discriminam:

EDA- Electricidade dos Açores, S.A.

O balanço analítico da empresa não apresenta variações estruturais significativas, tendo-se verificado um crescimento do activo em cerca de 37,3 milhões de euros e de 29,5 milhões de euros no passivo, correspondentes a uma taxa de crescimento de 9,8% e 8,9%, respectivamente.

O crescimento do **Activo Líquido** resultou de :

- O activo fixo ter aumentado 10,3% em virtude de se ter registado um aumento de 26,9 milhões de euros no imobilizado corpóreo;
- Variação de – 5,7% no activo circulante, devido ao decréscimo de 2,7 milhões de euros das dívidas de terceiros de curto prazo;
- O aumento de 17,9% dos “Acréscimos e Deferimentos” activos, resultante da contabilização dos subsídios à exploração por receber, bem como das vendas estimadas no final do ano;



O Imobilizado, à semelhança do ano anterior, foi a componente com maior peso no total do activo (80,4%).

O aumento de 29,5 milhões de euros no Passivo deveu-se a :

- O passivo apresentou um crescimento de 13,6%, resultante do crescimento do passivo bancário de médio e longo prazo, em virtude do não recebimento dos subsídios de compensação resultantes do processo de convergência do tarifário até 2002;
- A uma variação negativa de 1,4% nos “Acréscimos e Diferimentos” passivos consequência directa da redução de 10,0% no valor do Fundo de Pensões.

A Demonstração de Resultados evidencia os seguintes aspectos:

Incremento de 30,6% no agregado “custos e perdas”, resultado da conjugação dos seguintes factores:

- Aumento de 48,0% nos custos de mercadorias vendidas e matérias consumidas, resultante de um crescimento de 141,0% (13,4 milhões de euros) no custo de aquisição de fuel oil, associado ao facto desta matéria prima ter deixado de ser financiada pelo Governo Regional;
- Crescimento de 55,4% dos fornecimentos e serviços externos, devido à acentuada variação registada nas rubricas “Conservação e Reparação”, “Trabalhos Especializados” e “Prestação de Serviços” com aumentos de 50,0%, 104,0% e 132,0% respectivamente;



- Diminuição dos “Custos com Pessoal”, em 8,3%, resultado da variação negativa (89,0%) ocorrida no âmbito das pensões de reforma;
- O crescimento de 9,7% nas amortizações do exercício, foi o reflexo do aumento do imobilizado em exploração;
- A rubrica “Juros e Custos Similares” sofreu um acréscimo que rondou os 87,0%. “Este aumento surge na sequência do contrato celebrado com o Banco Comercial Português, no qual a EDA cede os créditos emergentes do acordo com o Governo da República, relativo à convergência tarifária de energia eléctrica(até 2002), assumindo ainda, perante o incumprimento por parte do Estado do pagamento das prestações devidas, a liquidação das mesmas e os encargos financeiros decorrentes do contrato”.

O Crescimento de 34,0% registado no agregado “Proveitos e Ganhos do exercício”, ficou a dever-se a:

- Aumento das vendas e prestações de serviços em 1,7% justificado pelo aumento da facturação (16,6%) a outras empresas do grupo e particulares;
- O acréscimo dos subsídios à exploração em cerca de 193,3%, correspondendo a 25,9 milhões de euros, resultado do enquadramento regulatório iniciado em 2003;
- Variação positiva de 21,8% na rubrica “Trabalhos para a Própria Empresa”;



- A rubrica “Ganhos em Empresas do Grupo e Associadas” contribuiu com um aumento de 27,3%, como consequência da melhoria dos resultados apresentados pelas diversas empresas participadas;
- Os “Outros Juros e Proveitos Similares” sofreu um aumento de 165,7%.

O Resultado Líquido do Exercício, em 2003, atingiu os 7,4 milhões de euros, o que correspondeu a um acréscimo de 4,2 milhões de euros (132,6%), relativamente ao ano anterior, resultante do aumento dos proveitos em 34,0% e dos custos em 30,0%.



EDA - ELECTRICIDADE DOS AÇORES, S.A

BALANÇO ANALÍTICO 2002/2003

(Euros)

	2002	2003	Var. 03/02
ACTIVO	381.442.378	418.760.409	9,78%
- Imobilizado	305.112.623	336.555.294	10,31%
- Existências	5.009.373	5.711.126	14,01%
- Dívidas de terceiros	27.433.682	24.779.190	-9,68%
- Depósitos bancários e caixa	609.855	692.325	13,52%
- Acréscimos e diferimentos	43.276.845	51.022.474	17,90%
CAPITAL PRÓPRIO	49.983.206	57.837.729	15,71%
PASSIVO	331.459.172	360.922.681	8,89%
- Provisões para riscos e encargos	0	0	
- Dívidas a terceiros	226.849.645	257.784.912	13,64%
- Acréscimos e diferimentos	104.609.527	103.137.769	-1,41%

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 2002/2003

(Euros)

	2002	2003	Var. 03/02
CUSTOS E PERDAS	90.389.230	118.022.970	30,57%
- Custo mercadorias vendidas e consumidas	30.466.908	45.086.587	47,99%
- Fornecimento e serviços externos	9.214.611	14.315.640	55,36%
- Custos com Pessoal	26.465.340	24.277.393	-8,27%
- Amort. do imobilizado corpóreo e incorpóreo	14.224.786	15.529.784	9,17%
- Provisões	308.174	9.367	-96,96%
- Impostos	439.380	617.981	40,65%
- Outros custos e perdas operacionais	246.265	173.646	-29,49%
- Perdas em empresas do grupo associadas	49.926	0	100,00%
- Juros e custos similares			
. Relativos a empresas do grupo	44.106	44.396	100,00%
. Outros	7.712.658	14.591.971	89,20%
- Custos e perdas extraordinárias	1.052.910	47.667	-95,47%
- Imposto sobre o rendimento do exercício	164.166	3.328.538	1927,54%
PROVEITOS E GANHOS	93.558.550	125.393.432	34,03%
- Vendas	64.359.959	65.467.427	1,72%
- Trabalhos para a própria empresa	8.079.415	9.841.090	21,80%
- Proveitos suplementares	438.759	352.311	-19,70%
- Subsídios à exploração	13.439.378	39.419.852	193,32%
- Outros proveitos e ganhos operacionais	112.091	125.375	11,85%
- Ganhos em empresas do grupo associadas	2.416.928	3.076.542	100,00%
- Rendimentos de participação de capital	30.600	43.655	42,66%
- Outros juros e proveitos similares			
. Relativos a empresas do grupo	569.212	0	-100,00%
. Outros	662.058	1.758.814	165,66%
- Proveitos e ganhos extraordinários	3.450.150	5.308.366	53,86%

(Euros)

- Resultado operacional	5.064.138	15.195.647	200,06%
- Resultado Financeiro	-4.127.892	-9.757.355	-136,38%
- Resultados correntes	936.246	5.438.292	680,86%
- Resultado antes de impostos	3.333.486	10.698.991	220,96%
- Resultado líquido do exercício	3.169.320	7.370.453	132,56%



SATA, AIR AÇORES – Serviço Açoreano de Transportes Aéreos.

O **Activo** da SATA registou um crescimento de 1,9% , relativamente ao ano de 2002, justificado essencialmente por:

- Aumento dos “Depósitos Bancários e Caixa” em 59,7%, atingindo os 4,2 milhões de euros;
- Decréscimo das dívidas de terceiros, em 16,6%, tendo-se contabilizado nesta rubrica 1,1 milhões de euros;
- O imobilizado registou um aumento de 6,2%, situando-se nos 21 021 mil euros, dos quais 11 430 mil euros correspondiam a imobilizado corpóreo e os restantes 9 592 mil euros a investimentos financeiros;

Relativamente ao **Passivo** verificou-se uma diminuição em 3,0%, menos 1,6 milhões de euros, justificada essencialmente por :

- Uma redução na rubrica “Dívidas a Terceiros” em 14,0%, situando-se nos 23,5 milhões euros, ou seja menos 3,3 milhões de euros do que no ano de 2002;
- As dívidas às instituições bancárias decresceram 1,6 milhões de euros, tendo, no ano em apreço, representado 29,0% do total do passivo, isto é, aproximadamente menos 2,2 bp do que em 2002.



- O Capital Próprio aumentou 21,6%, mais 2,9 milhões de euros, relativamente ao ano anterior, situando-se, a 31 de Dezembro de 2003, nos 13,6 milhões de euros. Em termos de rentabilidade dos capitais próprios assistiu-se a um acréscimo (de 20,9% para 23,7%), contribuindo, para este facto, a expressiva melhoria do resultado líquido do exercício.

Relativamente aos **Custos e Perdas** do exercício de 2003, destaca-se:

- O aumento de 15,4% na rubrica “Custos com Pessoal” que tendo atingido os 22,2 milhões de euros representou 47,0% dos custos e perdas contabilizados , no exercício em apreço;
- Os fornecimentos e serviços externos mantiveram-se praticamente ao mesmo nível do ano anterior (-0,6 %), tendo os 14,3 milhões de euros contabilizados nesta rubrica, representado 30,3% dos custos e perdas;
- O crescimento de 42,8% da rubrica “ Outros” que se situou nos 3,2 milhões de euros;
- Após ter registado um valor nulo, em 2003, a rubrica Perdas em empresas do grupo e associadas registou o valor de 141,0 milhões de euros.



No que concerne aos Proveitos e Ganhos, verificou-se um aumento de 10,6%, resultado de:

- Crescimento de 77,3% na rubrica “Ganhos em Empresas do Grupo e Associadas” e de 69,9% na rubrica “Proveitos e Ganhos Extraordinários”, de ressaltar, no entanto, que no seu conjunto estas apenas representam 11,0% do total do proveitos e ganhos;
- O contributo da rubrica “Prestação de Serviços” para a variação dos proveitos, não é alheio ao facto de a mesma representar 63,0% do total.
- O Resultado Líquido do Exercício apresentou um crescimento significativo, mais 30,9%, situando-se agora nos 3 220 mil euros.



SATA - SERVIÇO AÇOREANO DE TRANSPORTES AÉREOS, E.P.

BALANÇO ANALÍTICO 2002/2003

(Euros)

	2002	2003	Var. 03/02
ACTIVO	66.328.907	67.638.886	1,94%
- Imobilizado	19.711.098	21.021.913	6,24%
- Existências	1.276.900	1.095.125	-16,60%
- Dívidas de terceiros	39.431.369	37.133.309	-6,19%
- Depósitos bancários e caixa	1.685.352	4.176.859	59,65%
- Acréscimos e diferimentos	4.224.188	4.211.680	-0,30%
CAPITAL PRÓPRIO	10.654.697	13.583.941	21,56%
PASSIVO	55.674.210	54.054.945	-3,00%
- Provisões para riscos e encargos	23.248.177	25.198.435	7,74%
- Dívidas a terceiros	26.791.818	23.493.044	-14,04%
- Acréscimos e diferimentos	5.634.215	5.363.466	-5,05%

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 2002/2003

(Euros)

	2002	2003	Var. 03/02
CUSTOS E PERDAS	42.787.589	47.124.080	9,20%
- Custo mercadorias vendidas e consumidas	1.011.129	1.064.301	5,00%
- Fornecimento e serviços externos	14.353.420	14.264.427	-0,62%
- Impostos	0	236	100,00%
- Custos com Pessoal	18.750.611	22.150.076	15,35%
- Amort. do imobilizado corpóreo e incorpóreo	2.742.791	2.892.003	5,16%
- Provisões	4.051.061	3.379.654	-19,87%
- Perdas em empresas do grupo associadas	0	141.480	-100,00%
- Outros	1.811.678	3.165.947	42,78%
- Custos e perdas extraordinárias	65.236	63.118	-3,36%
- Imposto sobre o rendimento do exercício	1.663	2.838	41,40%
PROVEITOS E GANHOS	45.013.290	50.343.644	10,59%
- Prestações de serviços	31.226.240	31.715.808	1,54%
- Proveitos suplementares	22.548	22.465	-0,37%
- Subsídios à exploração	10.500.530	10.751.031	2,33%
- Ganhos em empresas do grupo associadas	358.340	1.579.017	77,31%
- Outros	1.708.117	2.292.832	25,50%
- Proveitos e ganhos extraordinários	1.197.515	3.982.491	69,93%

RESUMO			
- Resultado operacional	840.306	-1.261.393	166,62%
- Resultado Financeiro	254.779	564.422	54,86%
- Resultados correntes	1.095.085	-696.971	257,12%
- Resultado antes de impostos	2.227.364	3.222.402	30,88%
- Resultado líquido do exercício	2.225.701	3.219.564	30,87%



LOTAÇOR – Serviço Açoreano de Lotas, E.P.

A 31 de Dezembro de 2003 o **Activo Líquido** da empresa registou um aumento de 21,6% relativamente ao exercício anterior, situando-se nos 28,7 milhões de euros. Tal facto, deveu-se:

- O Imobilizado Líquido, sem incluir os “Investimentos Financeiros”, apresentou um aumento de 19,0%, ou seja, mais 2,6 milhões de euros, por força dos investimentos efectuados pela empresa;
- A rubrica “Investimentos Financeiros” que corresponde à participação de 20,0% do capital da COFACO Açores, S.A. manteve-se em 3,4 milhões de euros.
- As “Dívidas de Terceiros”, registaram um aumento de 46,9%, atingindo os 8,6 milhões de euros.

O Capital Próprio sofreu um acréscimo de 217,0 milhões de euros (14,4%), situando-se nos 1,7 milhões de euros, ressalva-se o aumento de capital social de um milhão de euros efectuado pela Região Autónoma dos Açores, no âmbito da Resolução do Conselho de Governo nº 54/2003, de 2 de Maio.



O Passivo da empresa registou um aumento de 22,1% justificado por:

- As “Dívidas a Terceiros” cresceram 27,9% reflectindo um aumento de 2,5 milhões de euros;
- Relativamente às dívidas de médio e Longo Prazo, representativas de 38,4% do total, são constituídas essencialmente pelo empréstimo contraído com aval do Governo Regional no montante de 5 milhões de euros. Ainda no médio e longo prazo estão contabilizados valores de outros credores como a Direcção Regional das Pescas e a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, no valor total de 450 milhares de euros;
- As dívidas a terceiros de curto prazo aumentaram consideravelmente, em consequência do incremento da utilização das contas correntes caucionadas e das dívidas a fornecedores de imobilizado. A Dívida à banca de curto prazo é explicada pelo alargamento dos prazos de recebimento do pescado.
- Os acréscimos de custo diminuiram 20,1% e dizem respeito a encargos com férias a pagar, juros a liquidar e encargos com fundos de pensões.
- Os proveitos diferidos aumentaram 19,8% (+2,5 milhões de euros) fruto da contabilização dos subsídios ao investimento co-financiados pela União Europeia.



Da análise dos **Custos e Perdas** contabilizados no ano de 2003, salienta-se:

- O “Custo das mercadorias vendidas e consumidas”, que inclui basicamente o custo do pescado vendido em lota, registou um acréscimo de 2,0% (505 milhares de euros) e representou 87,8% do volume das vendas e prestação de serviços;
- Os “Fornecimentos e serviços externos” registaram um crescimento de apenas 0,6%, compensado pela redução de rubricas como : “Conservação e Reparação”, “Rendas e Alugueres”, “Vigilância e Segurança” entre outras;
- Os “Custos com Pessoal” registaram um aumento de 9,7% (226 milhares de euros), tendo atingido o valor de 2,6 milhões de euros. Destaca-se o facto de 88 milhares de euros, isto é, 3,8% do aumento ser justificado pelas três indemnizações pagas por rescisão de contrato de trabalho por mútuo acordo;
- As “Amortizações do Exercício” no valor de 1,8 milhões de euros, registaram um aumento de 38,9%, reflectindo os movimentos ocorridos no imobilizado corpóreo;
- Os 180 milhares de euros registados nos “Custos e Perdas Financeiras” resultaram principalmente do empréstimo contraído para aquisição da já referida participação da COFACO Açores (109 milhares de euros). A maior utilização de contas correntes originou também um aumento de 12,7% dos juros dessas contas.



Os **Proveitos e Ganhos** atingiram os 10,2 milhões de euros, mais 3,8% do que no ano de 2002.

- O Volume de negócio da empresa no valor de 28,2 milhões de euros desagregou-se em 88,6% de “Vendas” e 11,4% em “Prestações de Serviços”;
- As “Vendas” aumentaram 2,2% atingindo os 25,0 milhões de euros;
- Os “Proveitos e ganhos extraordinários” registaram um aumento significativo, 46,7%, sendo 77,4% deste valor justificado pela contabilização de Subsídios ao Investimento (1,5 milhões de euros), 13,8% pelas correcções de exercícios anteriores (273 milhares de euros) e 5,3% ao Fundo de Pensões (104 milhares de euros).

O Resultado Líquido do Exercício, em 31 de Dezembro de 2003, apresentou um valor negativo de 727 milhares de euros, valor este que foi proposto pelo Conselho de Administração, ser afecto a Resultados Transitados.



LOTAÇOR - SERVIÇO AÇOREANO DE LOTAS, E.P.

BALANÇO ANALÍTICO 2002/2003

(Euros)

	2002	2003	Var. 03/02
ACTIVO	23.615.195,56	28.716.313,14	21,60%
- Imobilizado	16.908.226,81	19.472.268,57	15,16%
- Existências	40.331,85	27.467,87	-31,90%
- Dívidas de terceiros	5.843.431,70	8.582.226,54	46,87%
- Depósitos bancários e caixa	250.537,99	147.214,47	-41,24%
- Acréscimos e diferimentos	572.667,21	487.135,69	-14,94%
CAPITAL PRÓPRIO	1.501.747,74	1.719.122,78	14,47%
PASSIVO	22.113.447,82	26.997.190,36	22,08%
- Provisões para riscos e encargos	0,00	0,00	0,00%
- Dívidas a terceiros	9.030.080,11	11.552.943,70	27,94%
- Acréscimos e diferimentos	13.083.367,71	15.444.246,66	18,04%

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 2002/2003

(Euros)

	2002	2003	Var. 03/02
CUSTOS E PERDAS	29.695.805,97	30.926.315,83	4,14%
- Custo mercadorias vendidas e consumidas	24.237.098,10	24.741.828,70	2,08%
- Fornecimento e serviços externos	1.486.209,85	1.495.601,70	0,63%
- Custos com Pessoal	2.339.899,30	2.566.008,53	9,66%
- Amort. do imobilizado corpóreo e incorpóreo	1.286.569,94	1.787.023,76	38,90%
- Provisões	74.633,49	45.734,09	100,00%
- Impostos	14.332,01	16.723,87	16,69%
- Juros e custos similares relativos empresas grupo	236.123,02	180.311,52	-23,64%
- Custos e perdas extraordinárias	20.055,32	92.097,97	359,22%
- Imposto sobre o rendimento do exercício	884,94	985,69	100,00%
PROVEITOS E GANHOS	29.101.866,88	30.199.047,97	3,77%
- Vendas	27.724.468,16	28.165.600,31	1,59%
- Proveitos Suplementares	31.066,42	59.428,10	91,29%
- Subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00%
- Outros juros e proveitos similares relativos empresas grupo	1.458,61	1.260,33	-13,59%
- Proveitos e ganhos extraordinários	1.344.873,69	1.972.759,23	46,69%

(Euros)

	2002	2003	Var. 03/02
RESUMO			
- Resultado operacional	-1.683.208,11	-2.427.892,24	44,24%
- Resultado Financeiro	-234.664,41	-179.051,19	-23,70%
- Resultados correntes	-1.917.872,52	-2.606.943,43	35,93%
- Resultado antes de impostos	-593.054,15	-726.282,17	222,46%
- Resultado líquido do exercício	-593.939,09	-727.267,86	222,45%



SPRHI, S.A. – Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infra-Extruturas, S.A

A SPRHI, S.A, foi criada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2-A/2003/A de 5 de Fevereiro, com o objectivo social de promoção, planeamento, construção, fiscalização e gestão de parques habitacionais e de outro património, bem como a realização de obras de recuperação, construção e de reconstrução de habitações, de requalificação urbanística de outras infra-extruturas, nomeadamente em áreas abrangidas por catástrofes naturais e em áreas consideradas zonas de risco.

Aquando da constituição da empresa foi-lhe transferido o património habitacional social que antes era detido pela Região Autónoma dos Açores, compreendendo, designadamente, todas as habitações sociais e direitos a elas relativos.

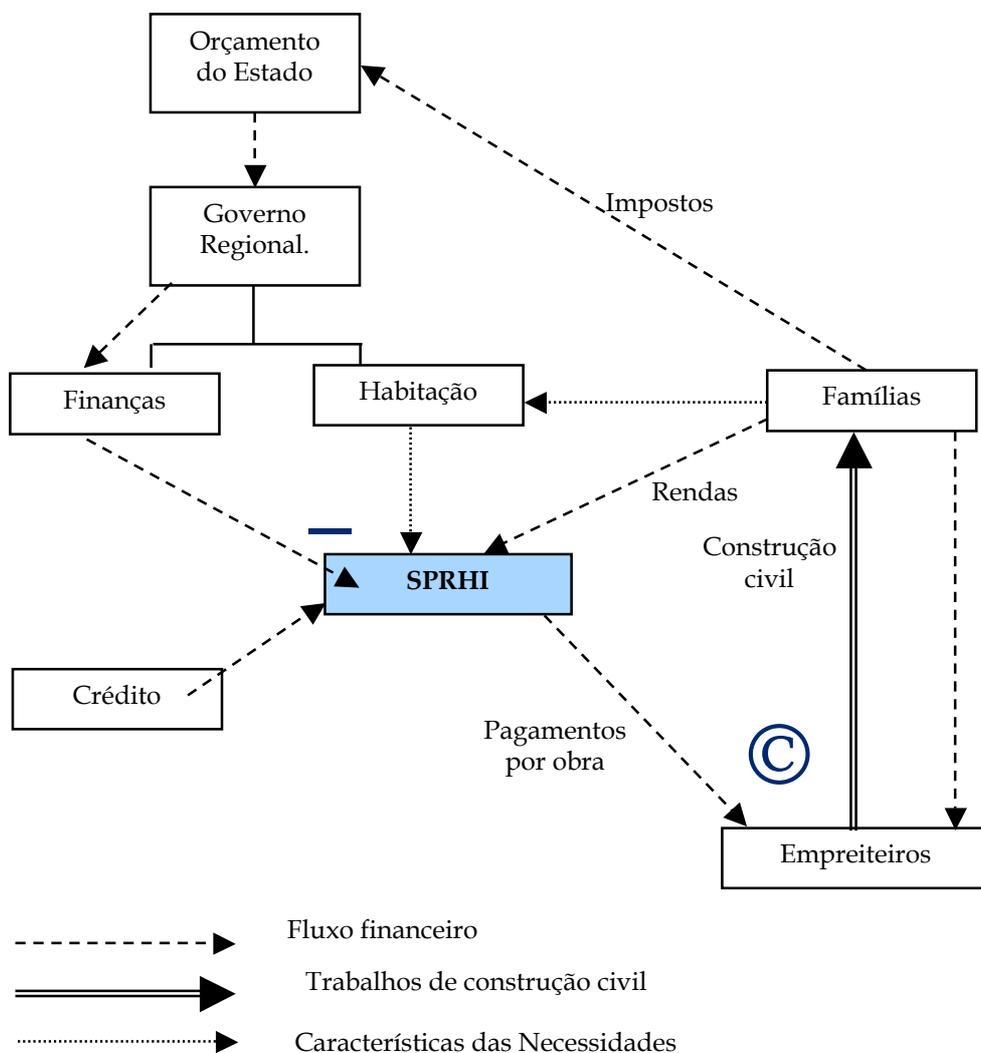
O milhão de euros afectos ao capital social foram integralmente subscritos e realizados em dinheiro pela RAA, representado por 200.000 acções com valor nominal de cinco euros cada.

Através do “Contrato-Programa” _ celebrado com o Governo Regional, a SPRHI, S.A. assume as funções de “dono da obra”, negociando “Contratos de Empreitada” © com empreiteiros para a reabilitação, recuperação e reconstrução do parque habitacional (sismo de 1998), bem



como as funções de entidade financiadora do programa habitacional, recebendo as compensações financeiras oficiais e particulares.

No que concerne à cooperação financeira entre a Região e a empresa, esta efectivou-se com a concessão de um Aval no montante de 50,0 milhões de euros bem como do compromisso de transferência em 2004, 2005 e 2006 do valor total de 101,5 milhões de euros.



Do ponto de vista financeiro há a referir:



- Em Julho de 2003, a empresa contraiu um empréstimo de 50,0 milhões de euros junto do WESTLB, empréstimo este que foi disponibilizado em seis tranches, tendo a última sido efectivada a 30 de Setembro de 2004. A realização de tranches permite à SPRHI,S.A. diluir os custos financeiros, uma vez que não os assume, por inteiro, no ano da contracção do empréstimo;
- Os custos de funcionamento repartiram-se da forma que abaixo se explicita:
- Os encargos financeiros atingiram os 273 milhares de euros;
- Os custos com pessoal registaram um valor de 304 milhares de euros, cerca de 40,0% do total dos custos de funcionamento;
- Os fornecimentos e serviços externos representaram 24,0% dos custos de funcionamento (180 milhares de euros);
- Os 6 milhares de euros contabilizados como amortizações representaram 8,0% dos custos de funcionamento;
- No que concerne aos proveitos há a referir que 99,8% dos mesmos corresponderam à imputação de proveitos do contrato programa para a reconstrução ficando os restantes custos distribuídos por: Rendas de habitações, Juros de aplicações financeiras e recebimentos de sinistrados.
- Relativamente às rendas ressalva-se que apenas cerca de metade das facturadas tem sido pagas, pelo que a empresa prevê implementar, ao



longo de 2004, medidas de coacção para o não cumprimento, podendo mesmo a sanção passar pela acção efectiva de despejo.

Com um total de proveitos de 34,8 milhões de euros e um total de custos de 34,6 milhões de euros a empresa obteve, em 2003, um lucro bruto de 187 milhares de euros, que após impostos gerou um resultado líquido de 148 milhares de euros, valor este que o conselho de administração propôs ser afecto da forma que de seguida se explicita:

- 7,5 milhares de euros para reserva legal
- 140 milhares de euros para resultados transitados



SAUDAÇOR, S.A. – Sociedade Gestora de Recursos e Equipamentos de Saúde dos Açores, S.A.

A SAUDAÇOR, S.A. foi criada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 41/2003, de 6 de Novembro, com a missão de prestar serviços de interesse económico geral na área da saúde sendo seu objecto o planeamento e a gestão do sistema regional de saúde e dos respectivos sistemas de informação, bem como a realização de obras de construção, conservação, recuperação e reconstrução de unidades de serviços de saúde, nomeadamente em áreas abrangidas por catástrofes naturais e em áreas consideradas de risco.

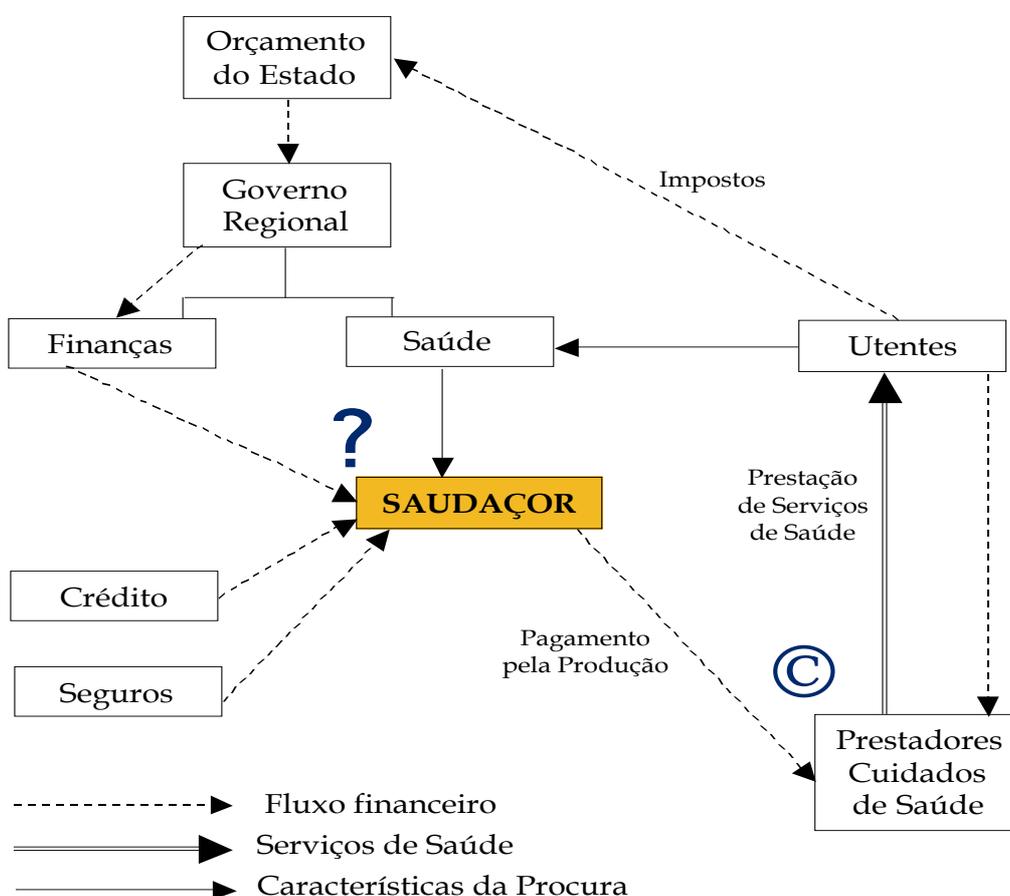
Os 50 milhares de euros afectos ao capital social foram integralmente subscritos e realizados pela RAA, representado por 10.000 acções com valor nominal de cinco euros cada.

Através do “Contrato-Programa” _ celebrado com o Governo Regional, a SAUDAÇOR assume as funções de entidade financiadora do sistema regional de saúde, negociando “Contratos de Gestão” © com as entidades prestadoras de cuidados de saúde, nos quais são estabelecidos o volume, a natureza e os preços dos serviços de saúde a serem adquiridos pela SAUDAÇOR. Trata-se de uma reforma idêntica à lançada em Portugal Continental pelo Governo Central.



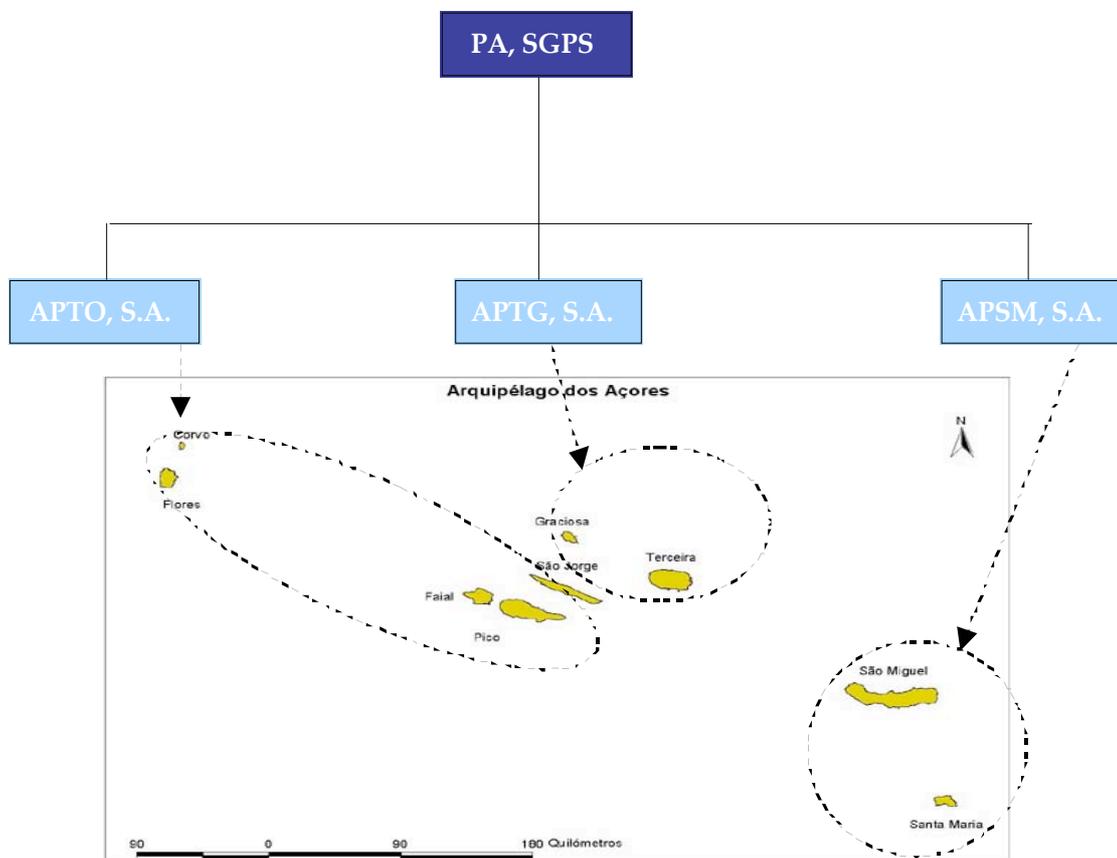
Os Contratos de Gestão integram objectivos de desempenho (maior economia e eficiência), nomeadamente:

- A recolha e tratamento da informação na área da saúde regional e a modernização das unidades de saúde em TI;
- A Centralização do “*procurement*” na aquisição de bens e serviços com volume de consumo significativo, de modo a obter economias de escala;
- A garantia do saneamento financeiro das unidades de saúde, de modo a diminuir os encargos financeiros do serviço regional de saúde.





Administrações Portuárias Regionais



Pelo Decreto Legislativo Regional nº30/2003/A, de 27 de Junho, foram criadas as seguintes Sociedades:

- Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (PA, SGPS);
- Administração dos Portos das ilhas de São Miguel e Santa Maria, S.A. (APSM, S.A.);
- Administração dos Portos da Terceira e Graciosa, S.A. (APTG, S.A.);
- Administração dos Portos do Triângulo e do Grupo Ocidental S.A. (APTO, S.A.);



O Capital Social inicial de cada uma das Administrações Portuárias foi integralmente subscrito e realizado em dinheiro, pela RAA, num montante de 50 milhares de euros cada e encontra-se dividido em 10 000 acções com o valor nominal de 5 euros cada.

Relativamente à PA, SGPS, esta tem inicialmente um Capital de 150,0 milhares de euros, o qual se encontra integralmente subscrito e realizado em espécie através da transmissão para a sociedade, ao valor nominal, das participações sociais directamente detidas pela RAA no capital das Sociedades ATSM, S.A., APTG, S.A e APTO, S.A.. Este capital está representado por 30 000 acções, obrigatoriamente nominativas, com o valor nominal de 5 euros cada, representadas por títulos de 100 acções, podendo revestir forma escritural.

As três Administrações têm como função a exploração, conservação e desenvolvimento das infra-estruturas portuárias e abrangem o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que estejam ou venham a estar-lhe cometidas. Em Portugal Continental a administração dos portos teve idêntica reestruturação.

Constituem receita destas Administrações a exploração dos portos, terminais, cais e marinas, nomeadamente através :

- Movimento de navios
- Armazenagem de produtos
- Fornecimento de *utilities*

O desenvolvimento e a modernização do sistema portuário regional deve inserir-se num processo de planeamento global integrado, tendo em



vista a coordenação dos grandes projectos de investimento, por forma a utilizar o mais eficazmente possível os recursos financeiros disponíveis.

Atendendo ao facto dos investimentos a realizar por estas empresas serem vitais em termos de acessibilidade e mobilidade de pessoas e bens, os fundos da UE constituem a principal fonte de financiamento da rede portuária dos Açores.



VERDGOLF – Campos de Golf dos Açores, S.A.

A VERDGOLF, S.A. tem por objecto a exploração e promoção de campos de golf. Actualmente a VERDGOLF explora os Campos de Golf da Batalha e das Furnas, dos quais é proprietária.

As contas de 2003 da VERDGOLF dão conta de um Resultado Líquido negativo de 290 milhares de euros, o que corresponde a uma redução de 205 milhares de euros face a 2002. Esta variação ficou sobretudo a dever-se à redução de 12,0% observada da rubrica “Prestação de Serviços” que por sua vez foi consequência da redução da procura registada, nomeadamente por parte de clientes suecos.

De ressaltar o contributo negativo que as Amortizações tiveram no Resultado Líquido, em consequência do elevado investimento realizado nos dois campos de golf de que a empresa é proprietária.

Foi proposta pelo Conselho de Administração a afectação do resultado Líquido do Exercício (-291 milhares de euros) a Resultados Transitados.



TEATRO MICAELENSE – Centro Cultural e de Congressos, S.A.

O TEATRO MICAELENSE, S.A. tem por objecto a concepção, promoção e realização de colóquios, congressos, conferências, palestras e demais actividades de cariz cultural e recreativo, bem como a exibição comercial de cinema e teatro e ainda, a exploração, pela forma que entender, de todos os espaços que integram o edifício do Teatro Micaelense, designadamente, sem excluir outras, a exploração de bares, restaurantes e lojas comerciais.

Constituída com um Capital Social de 50 000 euros, a sociedade é, actualmente, detida pela Região Autónoma dos Açores em 99,3%.

Apesar da inactividade, no exercício de 2003, registaram-se proveitos no valor de 69,9 milhares de euros repartidos por:

- 7,5 milhares de euros em “ Prestações de Serviços” referentes a cedência de Instalações;
- 12,6 milhares de euros em “ Proveitos Suplementares” que dizem respeito à venda do caderno de encargos com a recuperação do edifício Teatro Micaelense;
- 7,5 milhares de euros em “ Proveitos financeiros” resultantes de juros de aplicações financeiras, rendas e descontos obtidos;



- 42,3 milhares de euros em “ Proveitos e ganhos extraordinários, relativo à redução de amortizações, receitas de anos anteriores e diferenças na estimativa das férias de 2002 pagas em 2003.

Ao nível dos custos registou-se um valor de 237,5 milhares de euros dos quais:

- 70,6 milhares de euros de “ Fornecimentos e Serviços Externos”;
- 86,5 milhares de euros de “ Custos com Pessoal”;
- 75,1 milhares de euros de “ Perdas extraordinárias”.

O Conselho de Administração propôs que os 167,7 milhares de euros negativos contabilizados como resultados do exercício fossem transferidos para a rubrica “ Resultados Transitados”.



P.J.A. – Pousadas da Juventude dos Açores, S.A.

A P.J.A. foi constituída em 13 de Julho de 1995 e tem por principal objectivo gerir a exploração das Pousadas de Juventude dos Açores, criar, promover e explorar pacotes de oferta turística para as pousadas de forma a dinamizar a procura turística potencial.

A sociedade foi constituída com capitais públicos e privados, tendo o capital social de 75 milhares de euros sido subscrito em 51,0%, pelo Governo Regional dos Açores.

No final de 2003, a sociedade apresentou um resultado líquido negativo de 1,3 milhares de euros que propôs ser transferido para “resultados transitados”.



EMPRESA TRANSPORTES COLECTIVOS DE SANTA MARIA, LD^a.

A Empresa de Transportes Colectivos de Santa Maria, Ld^a. dedica-se exclusivamente ao transporte colectivo de passageiros foi constituída com um capital Social de 99,8 milhares de euros, 99,0% do qual é detido pela Região.

No exercício de 2003 apresentou um Resultado Líquido de Exercício de -27,6 milhares de euros, que segundo a própria empresa se deve ao facto de os serviços oferecidos serem superiores aos procurados.

A gerência propôs que o resultado negativo fosse afecto à rubrica “Resultados Transitados”.